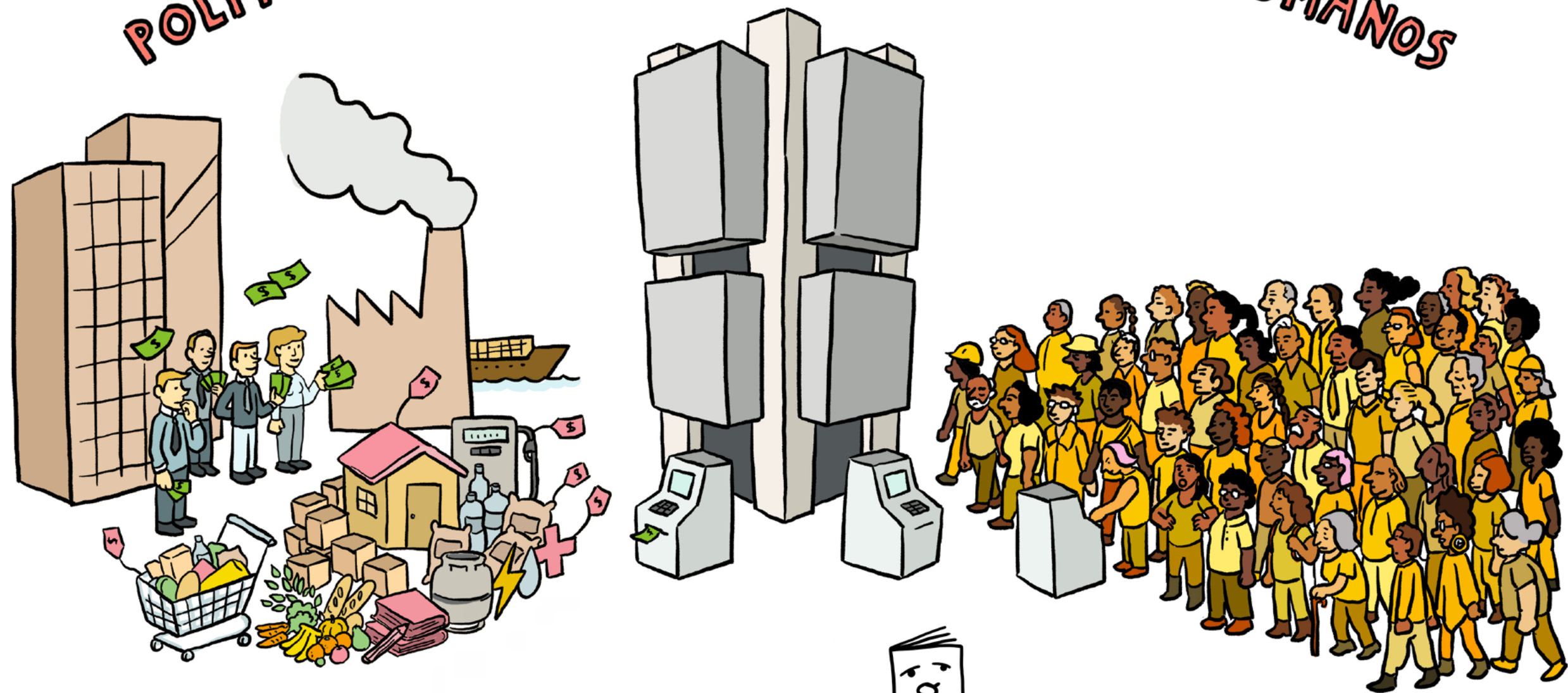


# GUIA ILUSTRADO DE INFLAÇÃO, POLÍTICA MONETÁRIA E DIREITOS HUMANOS

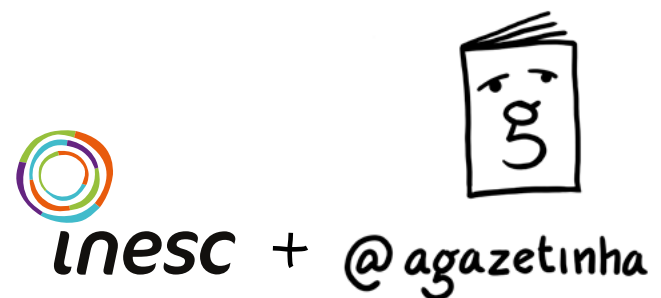


Inesc + @agazetinha



# Guia ilustrado de política monetária e direitos humanos

Junho de 2022



## EQUIPE INESC

### Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento  
Júlia Alves Marinho Rodrigues  
Márcia Anita Sprandel  
Pedro de Carvalho Pontual  
Roseli Faria

### Conselho Fiscal

Iliana Alves Canoff  
Lucas de Alencar Oliveira  
Mário Lisbôa Theodoro

### Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro  
Iara Pietricovsky de Oliveira  
José Antonio Moroni

### Coordenadora da Assessoria Política

Nathalie Beghin

### Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

### Assistente da Direção

Adriana Silva Alves  
Marcela Coelho M. Esteves

### Equipe de Comunicação

Silvia Alvarez  
Thaís Vivas

### Assessoria Política

Alessandra Cardoso  
Carmela Zigoni

## APOIO INSTITUCIONAL

Actionaid  
Avina America - Fundo Pulsante  
Charles Stewart Mott Foundation  
CLUA – Climate and Land Use Alliance  
ETF - Energy Transition Fund  
Fastenaktion  
Fundação Avina  
Fundação Ford  
Fundação Heinrich Böll

Cleo Manhas  
Gabriela Nepomuceno  
Leila Saraiva  
Livi Gerbase  
Márcia Acioli  
Tatiana Oliveira

### Assessoria Técnica

Dyarley Viana de Oliveira  
Thallita de Oliveira

### Educador Social

Markão Aborígene

### Contadora

Rosa Diná Gomes Ferreira

### Assistente de Contabilidade

Ricardo Santana da Silva

### Técnico de Informática

Cristóvão Frinhan

### Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos  
Eugênia Christina Alves Ferreira  
Isabela Mara dos Santos da Silva  
Josemar Vieira dos Santos

### Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

### Estagiários/as

Victor Queiroz

Fundar  
ICS – Instituto Clima e Sociedade  
KNH – Kindernothilfe  
Malala Fund  
Misereor  
OSF – Open Society Foundations  
PPM – Pão para o Mundo  
Rainforest Foundation Norway

## FICHA TÉCNICA

### Coordenação Política

Cristiane da Silva Ribeiro,  
Iara Pietricovsky e José Antonio  
Moroni (Colegiado de Gestão do  
Inesc)

### Coordenação técnica

Livi Gerbase e Nathalie Beghin

### Escrita

Pedro Rossi e Livi Gerbase

### Revisão técnica

Nathalie Beghin  
André Aranha  
Caru Secco  
Vidi Descaves  
Thaís Vivas

### Revisão de português

Nina Nadine

### Projeto gráfico e diagramação

Thaís Vivas

### Ilustrações e capa

A Gazetinha:  
André Aranha  
Caru Secco  
Vidi Descaves  
Vinicius Carneiro

### Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura –  
Edifício Márcia. CEP: 70. 3037-900 - Brasília/DF

Telefone: + 55 61 3212-0200

E-mail: [inesc@inesc.org.br](mailto:inesc@inesc.org.br)

Página Eletrônica: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)

É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita, desde que sejam citados os autores e a instituição que apoiou o estudo, e que se inclua a referência ao artigo ou ao texto original.

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>1. INFLAÇÃO E CRÉDITO:</b>	
O QUE ISSO TEM QUE VER COM OS DIREITOS HUMANOS?.....	6
De onde vem a inflação?.....	8
Inflação de custo e de demanda: conflito distributivo.....	12
E o combate à inflação?.....	13
Impactos desiguais da inflação.....	15
Inflação e direitos humanos.....	16
Crédito e sua relação com direitos humanos.....	17
<b>2. POLÍTICA MONETÁRIA E OS DIREITOS HUMANOS</b> .....	20
O que é política monetária.....	21
Impactos no consumo e investimento.....	22
Impactos na taxa de câmbio.....	26
Impactos da política monetária nos direitos humanos.....	29
<b>3. POLÍTICA MONETÁRIA, TRANSPARÊNCIA E DEMOCRACIA</b> .....	34
CMN, Copom e as Portas Giratórias.....	34
Independência do Banco Central.....	38
<b>CONCLUSÃO: POR UMA POLÍTICA MONETÁRIA ORIENTADA POR DIREITOS HUMANOS</b> .....	40

# Introdução

A política fiscal é o planejamento e a administração orçamentária do Estado. O orçamento é formado pelas receitas (como impostos e outros tributos) e pelas despesas governamentais em um período. Ou seja, serve para decidir quanto e como o Estado vai arrecadar e gastar.

A política monetária, destinada à gestão da moeda nacional, da taxa de juros e da inflação, afeta importantes variáveis como o crescimento, a renda e o emprego. Logo ela impacta a vida das pessoas e seus direitos.

Porém, a política monetária é um assunto frequentemente blindado por ares técnicos e exclusivo aos especialistas. Enquanto as decisões de **política fiscal** são definidas por meio de um processo orçamentário que perpassa instâncias democráticas, a **política monetária** é definida nas salas de um Banco Central autônomo e com pouca interação com a sociedade.

Visto isso, esse guia possui dois objetivos: apresentar o tema da inflação e da política monetária de forma didática e acessível; e explorar a relação entre a política monetária e os **direitos humanos**.

Essa última tarefa é desafiadora devido ao seu pioneirismo e também às mediações envolvidas na relação entre direitos humanos e política monetária. Diferentemente da política fiscal, que tem uma relação direta com a garantia de direitos, os impactos da política monetária são indiretos e mais difíceis de identificar.

É necessário estimular o interesse por um debate que é dominado por especialistas. Para isso, busca-se trazer à tona a dimensão política da política monetária, explorar mitos que ocupam o senso comum e apontar a natureza do processo inflacionário e o conservadorismo no seu tratamento, que tem impactos nas desigualdades e nos direitos humanos.

Para entender a relação entre política monetária e direitos huma-

A política monetária é uma política econômica do governo federal destinada à administração da moeda e das taxas de juros. Essa política é operada principalmente pelo Banco Central.

Os direitos humanos são valores que impactam a vida das pessoas para que elas possam viver com dignidade. São alguns deles o direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à propriedade, a votar e a ser eleito, ao trabalho, ao lazer, à saúde, à alimentação, à habitação, à seguridade social, à educação, à cultura, ao transporte e ao meio ambiente, entre outros.

nos, este guia avalia primeiramente a relação entre inflação, crédito e direitos humanos. Em seguida apresenta o tema da política monetária e, por fim, elabora a relação entre política monetária e direitos humanos.

Dessa forma, o capítulo 1 apresenta os conceitos fundamentais de política monetária, inflação e crédito, sempre os conectando com direitos humanos. O capítulo 2 descreve o que é e como opera a política monetária, assim como os canais pelos quais os direitos humanos são afetados. O capítulo 3 trata do Banco Central e da importância de uma política monetária transparente e democrática.

Em conclusão, aponta-se caminhos para uma política monetária guiada por direitos humanos. Para evitar o suspense, concluímos que a condução da política monetária orientada por direitos humanos deve obedecer à quatro diretrizes gerais:

- (i) evitar ajustes monetários recessivos e aumentos excessivos de juros;
- (ii) promover um sistema de crédito mais justo com acesso igualitário;
- (iii) utilizar múltiplos instrumentos para combater uma inflação de múltiplas causas, coordenar a política monetária com outras políticas e mirar principalmente na proteção dos preços que mais impactam os mais vulneráveis e as políticas públicas de garantia de direitos; e
- (iv) promover uma política monetária mais transparente e democrática.

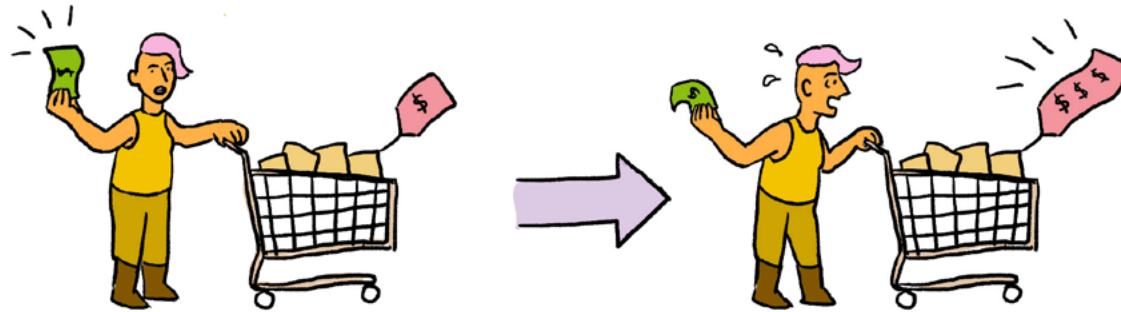
Ao longo do texto, explicaremos cada um desses pontos.  
Boa leitura!

# **1. Inflação e crédito:** o que isso tem a ver com direitos humanos?

Esta seção pretende apresentar os conceitos inflação e crédito e conectá-los com direitos humanos.

# 1. Inflação e crédito: o que isso tem a ver com os direitos humanos?

A inflação dispensa apresentações para os brasileiros. Estamos mais do que acostumados com aquilo que define o conceito:



O PODER DE COMPRA  
É A RELAÇÃO ENTRE

RENDA E PREÇOS



DA CESTA DE CONSUMO  
DE UMA PESSOA

o aumento do preço das coisas (bens e serviços) e a perda do poder de compra da população. A taxa de inflação mede esse aumento no nível de preços, ou seja, é a média do crescimento dos preços de um conjunto de bens e serviços em um determinado período de tempo.

Não há uma única forma de medir a inflação, pois cada bem ou serviço tem seu próprio

preço e cada índice escolhe um conjunto de bens e serviços para medir a inflação média.

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, por exemplo, mede a variação percentual do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 e 40 salários mínimos. Calculado pelo **IBGE**, o IPCA é o índice de inflação mais importante para as análises econômicas e é referência para o **regime de metas de inflação**, que abordaremos mais tarde.

Há outros índices de preços que destacam o comportamento de outros grupos de bens e serviços. O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, também calculado pelo IBGE, verifica a variação do custo de vida de famílias com renda mensal de 1 a 5 salários mínimos. O **Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M)** é calculado pela **Fundação Getúlio Vargas (FGV)** e leva em conta a variação de preços em diferentes estágios de produção e não apenas para o consumidor final, ou seja, ele considera também a inflação de insumos utilizados na produção de mercadorias.

**Essa variedade de índices revela um aspecto importante da inflação: ela não afeta todas as pessoas nem todos os setores econômicos da mesma forma.** Veremos mais sobre isso na seção sobre impactos da inflação nas desigualdades.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é um instituto público de pesquisa da administração federal brasileira criado em 1934.

O regime de metas para a inflação é um regime no qual o banco central se compromete a atuar de forma a garantir que a inflação esteja em linha com uma meta pré-estabelecida e anunciada publicamente.

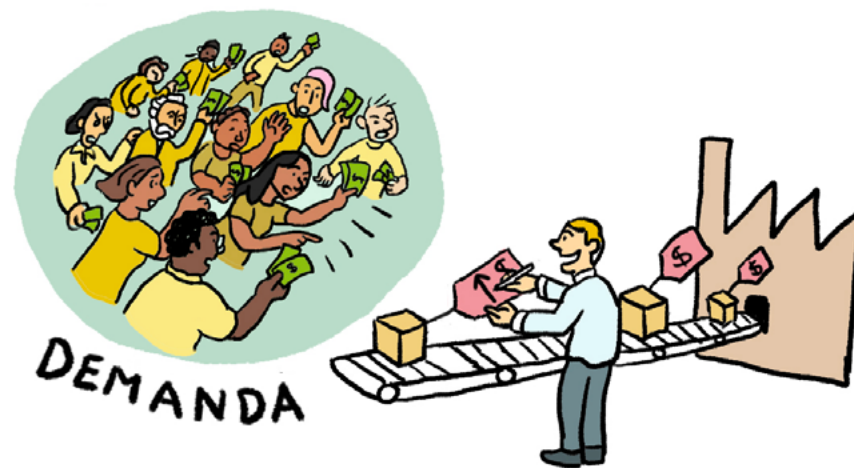
A FGV é uma instituição brasileira privada de ensino superior, fundada em 20 de dezembro de 1944 com o objetivo inicial de preparar pessoal qualificado para a administração pública e privada do país. Tem sede na cidade do Rio de Janeiro.

## De onde vem a inflação?

A inflação é um fenômeno complexo que pode ter diversas origens. As interpretações sobre a inflação e suas causas são alvos de disputa entre economistas. Em geral, há dois tipos de inflação: a inflação de **demanda** e a inflação de **custos**.

A **inflação de demanda** ocorre quando a demanda por bens e serviços aumenta além da capacidade de oferta da economia, ou seja, há muita procura para pouca capacidade de produção de bens e serviços, o que abre espaço para que os empresários aumentem seus preços sem perder clientes.

Já a **Inflação de custos** ocorre quando os custos de produção de bens e serviços sobem e aqueles que os produzem e vendem transferem esse aumento para o consumidor via preço. Por exemplo, um aumento no preço do combustível tem como consequência um aumento no preço dos bens que dependem do transporte que utiliza este combustível, como alimentos que precisam ser transportados de um lugar para outro.





Considerados esses dois tipos gerais de inflação, há diferentes causas associadas a uma inflação de custos ou de demanda.

## CAUSAS DA INFLAÇÃO DE DEMANDA

Em relação à inflação de demanda, uma das causas apontadas frequentemente é o aumento da **quantidade de dinheiro em circulação, que intensifica a procura por mercadorias e pressiona a inflação**. A inflação, neste caso, poderia ser causada por um aumento dos gastos do governo ou por políticas que incentivam o crédito e a demanda por consumo e investimento. Esses dois fenômenos levam mais dinheiro a circular na mão das pessoas, pressionando assim os preços.



Todavia, a ideia da inflação de demanda parte do pressuposto do **pleno emprego**, em que **a oferta da economia está dada**, isto é, pressões por mais bens e serviços apenas aumentarão os preços, pois não é possível expandir a produção de bens. Quando a economia está em pleno emprego, e as empresas utilizam toda sua capacidade produtiva, um gasto público tende a gerar a inflação, pois aumenta a demanda no momento em que a capacidade de oferta não tem mais para onde crescer. Por exemplo, quando o governo contrata uma empresa para a construção de uma estrada; essa empresa, ao operar em plena capacidade, pode pedir preços maiores para entregar o serviço, gerando inflação.

No entanto, o pleno emprego não é a realidade brasileira – em 2021, **33,2 milhões de pessoas estavam em situação de subemprego – ou desempregadas, ou subocupadas** (menos de 40 horas semanais), ou desistiram de procurar emprego. Quando há desemprego e capacidade ociosa nas empresas, o gasto do governo, ou políticas que estimulam o consumo e o investimento, não geram inflação. Pelo contrário, esses fatores contribuem para elevar o nível de emprego e aumentar a renda. Voltando ao exemplo da estrada, em cenário de desemprego, a contratação do governo não vai levar a um aumento de preços, pois a empresa vai recontratar trabalhadores, colocar máquinas para funcionar e assim gerar mais emprego e renda. Daí a importância do uso do gasto público em momentos de crise econômica e desemprego.

*Pleno emprego é quando todos aqueles autorizados a trabalhar que buscam emprego o encontram em pouco tempo e com pouco esforço.*



SEGUNDO A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS CONTÍNUA (PNAD), PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021.

## \* TERRORISMO ECONÔMICO E A RELAÇÃO ENTRE GASTO PÚBLICO, DÍVIDA PÚBLICA E INFLAÇÃO



O discurso a favor dos cortes de gastos públicos recorre frequentemente ao fantasma da inflação para tentar se justificar. Afirmações como “se romper o teto de gastos podemos voltar à hiperinflação” buscam interditar o debate: trata-se de **terrorismo econômico**, ameaças que criam um clima de medo para coagir a aceitação de uma determinada agenda econômica pela opinião pública.

Há dois argumentos comuns que associam o gasto governamental à inflação no debate público. O primeiro defende que o aumento dos gastos no Brasil levará a uma explosão da **dívida pública** que só poderá ser paga por meio da criação de moeda. Esse aumento na quantidade de moeda, por sua vez, resultará em hiperinflação.

Há vários problemas nesse argumento. A começar pelo fato de que o aumento da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) é decorrência de diversos fatores e não apenas das decisões de gasto, como, por exemplo, a própria redução do crescimento econômico e a queda da arrecadação. A estabilização da dívida pública pode ser alcançada, não com o corte de gastos, mas com a retomada do crescimento e do aumento das receitas. Além disso, não existe um patamar específico de dívida que torne o país incapaz de se financiar com **títulos públicos**, sendo obrigado a emitir moeda.

O segundo argumento aponta que o **déficit público** exerce pressão adicional sobre a demanda por bens e serviços, provocando o aumento de preços. O argumento pode ser verdadeiro, mas não necessariamente. Primeiro, porque o déficit público pode ser causado por uma redução da arrecadação, e não pelo aumento dos gastos. Além disso, o efeito inflacionário de um aumento do gasto público depende do momento do ciclo econômico: se o gasto público encontrar uma economia com capacidade ociosa, fora do pleno emprego, ele não levará à inflação.

Assim sendo, gasto público e déficit público não são necessariamente fontes geradoras de inflação, especialmente em momentos de crise econômica.

A dívida pública abrange empréstimos contraídos por um governo junto a instituições financeiras, no mercado financeiro interno ou externo, bem como junto organismos nacionais e internacionais, pessoas ou outros governos. Quando falamos que o governo está aumentando a dívida pública, normalmente ele está emitindo títulos públicos de dívida, que possuem um prazo para pagamento e uma taxa de juros a ele vinculada. Os títulos públicos são uma opção de investimento para a sociedade, via Tesouro Direto, por exemplo.

Quando as receitas que o governo recebe são menores que as despesas que ele executa em um determinado período, forma-se o déficit público.

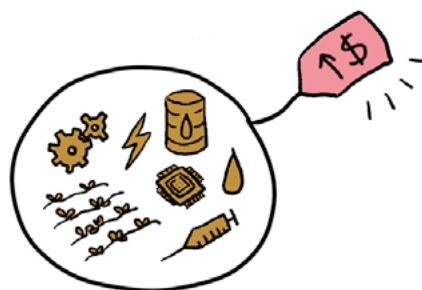
## CAUSAS DA INFLAÇÃO DE CUSTOS

Em relação à inflação de custos, várias são as possíveis causas. Veremos aqui três: desvalorização cambial; aumento de preços de setores-chaves; e a inflação inercial.



CÂMBIO

1) A **desvalorização cambial** é quando o dólar fica mais caro. A desvalorização aumenta diretamente o preço das mercadorias importadas quando medidas em reais, por exemplo, produtos importados ficam mais caros no supermercado. Além disso, afeta o preço de insumos e matérias primas importadas, o que aumenta o custo de produção de mercadorias no âmbito doméstico.



SETORES-CHAVE  
COM PROBLEMAS

2) A inflação de custos também pode decorrer do **aumento de preços de insumos de setores-chave da economia**, que elevam o valor final dos bens e serviços, como os preços de tarifas de energia elétrica, planos de saúde, transporte público, etc.

Nesse contexto, o controle público de empresas em setores estratégicos como energia e combustíveis pode amenizar a inflação, mas a gestão dessas empresas com uma lógica privada compromete esse objetivo.

Por exemplo, o aumento do preço dos combustíveis em 2022 no Brasil **teve relação com a manutenção dos lucros e dividendos dos acionistas da Petrobrás** e de outras petroleiras que atuam no país.

CLIQUE AQUI  
PARA LER MAIS



As **commodities** agrícolas e energéticas são exemplos de bens cujos preços são formados no mercado internacional e influenciam os preços brasileiros. Nesse sentido, fatores climáticos globais podem aumentar o custo de alimentos e da geração de energia no Brasil e no mundo. Essa “inflação importada” também pode atingir produtos industriais, como mostrou a pandemia: ao paralisar a produção em diversos países, a crise tornou mais caros diversos insumos, peças e equipamentos industriais importados.

3) Por fim, há uma inflação de custos associada à **inércia inflacionária**. Essa inércia reflete a ideia de que qualquer pessoa ou empresa busca se proteger da inflação aumentando preços olhando para trás, ou seja, para a inflação passada. Logo, após um choque inicial, a inflação tende a ser realimentada automaticamente por conta do hábito das pessoas em reajustar preços e dos contratos indexados à inflação passada. A ideia da inércia inflacionária foi muito usada na interpretação da alta inflação brasileira dos anos 1980 e 1990.

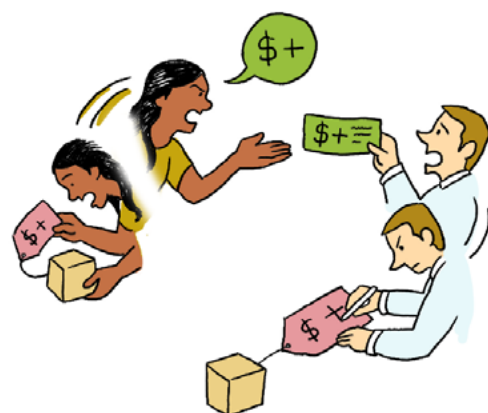
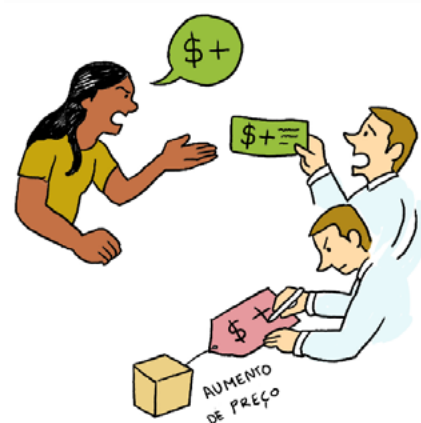


INÉRCIA

É um termo que corresponde a produtos básicos globais não industrializados, ou seja, matérias-primas que não se diferem independentemente de quem as produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional. São exemplos a soja e o petróleo.

## Inflação de custo e de demanda: conflito distributivo

O **conflito distributivo** é outra teoria de causa da inflação e se refere à disputa entre trabalhadores e capitalistas pela distribuição da renda nacional.



A demanda por melhores salários da classe trabalhadora pode ser atendida pelos capitalistas, mas será repassada aos consumidores via preços das mercadorias.



E ao se dar conta de que os preços subiram, trabalhadoras e trabalhadores demandarão mais aumento salarial, e assim sucessivamente.



A causa da inflação, portanto, pode ser a resposta a um **conflito em que o capitalista busca aumentar suas margens de lucros e a pessoa que trabalha busca aumentar o seu salário.**

Essa causa inflacionária pode ser interpretada tanto como um fenômeno de **demanda**, uma vez que maiores salários aumentam a procura por bens e serviços, quanto de **custos**, uma vez que os salários são um importante custo de produção.



A inflação de conflito distributivo ocorre principalmente em momentos em que o desemprego é baixo e as trabalhadoras e os trabalhadores estão organizados. Em momentos de crise e desemprego, quem trabalha tem pouca capacidade de demandar aumento de salários.

## E o combate à inflação?

Mas dadas essas várias possíveis causas, como determinar o que está causando a inflação em determinado momento e propor alternativas para seu combate? As causas da inflação sempre são disputadas entre economistas.

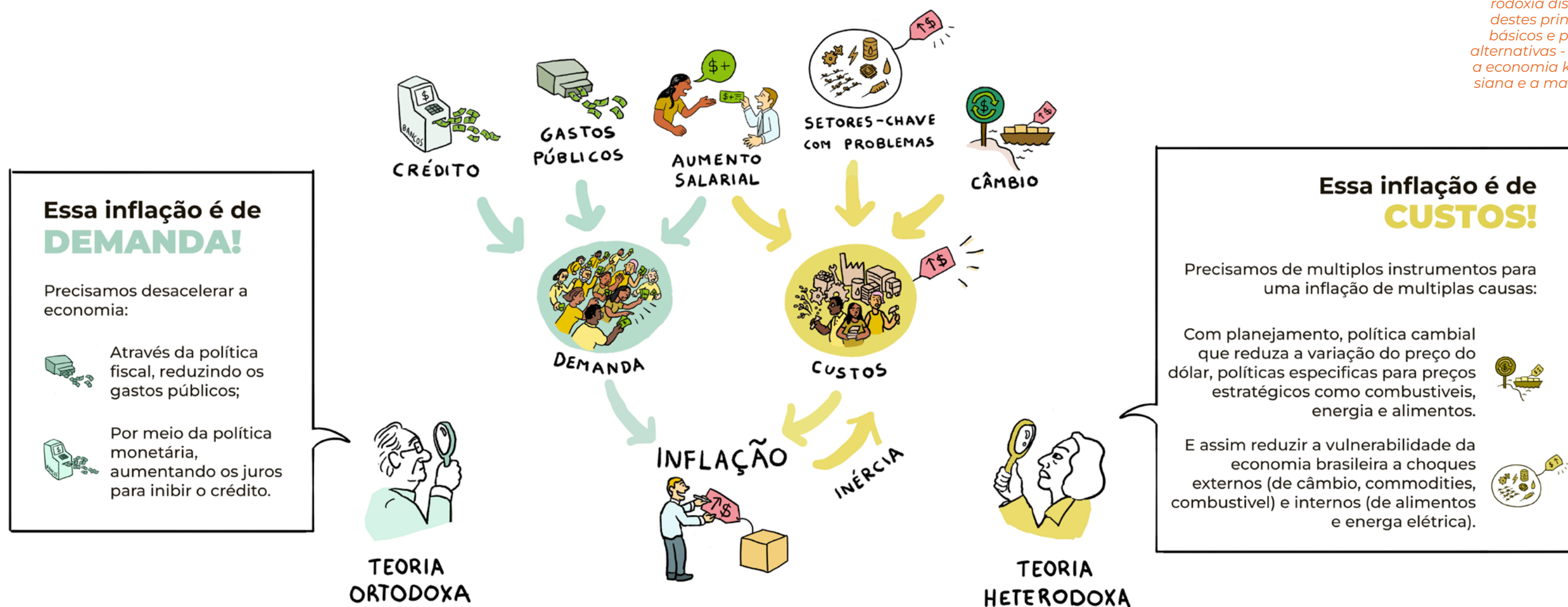
As causas dessa falta de consenso entre os economistas gera problemas, pois é a partir do entendimento das causas que são formadas estratégias de combate à inflação.

Economistas **ortodoxos**, em geral mais à direita no espectro político, costumam entender a inflação como um fenômeno monetário ligado à **demanda**, ainda que possa existir temporariamente inflação provocada por aumento de custos.

Já os economistas **heterodoxos**, geralmente mais à esquerda, entendem a inflação sobretudo como um fenômeno de **custos** e de conflito distributivo.

A economia ortodoxa é aquela predominante no Brasil e no Mundo e segue o pensamento neoclássico, que tem como características o individualismo metodológico, os princípios da racionalidade, equilíbrio e comportamento otimizador dos agentes.

Em contraposição à ortodoxia, a heterodoxia discorda destes princípios básicos e propõe alternativas - como a economia keynesiana e a marxista.



O diagnóstico de **inflação de demanda** aponta, como soluções para seu combate, para a alta dos juros e a redução do gasto público, respectivamente, pois é necessário diminuir a demanda por bens e serviços. Veremos como os juros afetam a inflação nos próximos capítulos.

Já o controle da **inflação de custos** pode fazer uso de diferentes ferramentas, dependendo da causa da inflação, como:

- \* A inflação causada pela **desvalorização do real** pode ser combatida com políticas para reduzir a especulação cambial, acumular reservas internacionais e diminuir nossa **vulnerabilidade a choques externos**.
- \* A inflação causada pelo aumento do preço de setores-chave da economia, como eletricidade, alimentos e combustíveis, requer políticas de preços e planejamento de longo-prazo, para manter estes preços baixos. Por exemplo, investimentos em fontes de energia alternativas para garantir a oferta constante de energia, evitando aumentos devido à escassez hídrica.

Como vimos, a inflação pode ter diversas causas, e por isso várias são as suas possíveis soluções. Porém, desde 1999, quando foi implementado o regime de metas de inflação, **o instrumento quase sempre utilizado para controlar a inflação pelo governo brasileiro é o aumento da taxa dos juros**. Em linha com o diagnóstico ortodoxo, veremos o que é a taxa de juros e seus impactos na economia no próximo capítulo.

### \* O QUE VIMOS ATÉ AQUI

A inflação é o aumento de preços de bens e serviços. Ela pode ser calculada de diferentes formas, mas o índice mais utilizado no Brasil é o IPCA, que analisa uma grande cesta de produtos e estratos de renda. Um cenário de inflação pode ser provocado tanto pelo lado da oferta quanto da demanda e, dependendo da causa, as ferramentas para combatê-la são diferentes.

A inflação de demanda é normalmente defendida pelos ortodoxos e coloca que a inflação responde a um aumento da demanda das pessoas por bens e serviços. Este aumento da demanda é provocado usualmente pelo aumento dos gastos do governo ou de políticas de estímulo ao consumo e ao crédito. Para combater a inflação de demanda, o governo deve diminuir os seus gastos e aumentar a taxa de juros, para desestimular a economia, o que leva as pessoas a demandarem menos produtos e serviços.

A inflação de custos é frequentemente citada por economistas heterodoxos como a natureza dos fenômenos inflacionários no Brasil. Há três possíveis causas principais: uma desvalorização cambial, que pressiona o preço dos produtos importados; um aumento de preços de setores-chave da economia, como o aumento dos preços dos combustíveis, que leva a um aumento do preço dos transportes; e a inflação inercial, que é a resposta da população e das empresas ao começo de um processo de inflação. Existe ainda a inflação por conflito distributivo, em que empregados e empregadores disputam pela distribuição da renda: trabalhadoras e trabalhadores lutando por melhores salários e empresas visando mais lucros.

### PERGUNTAS PARA DEBATE

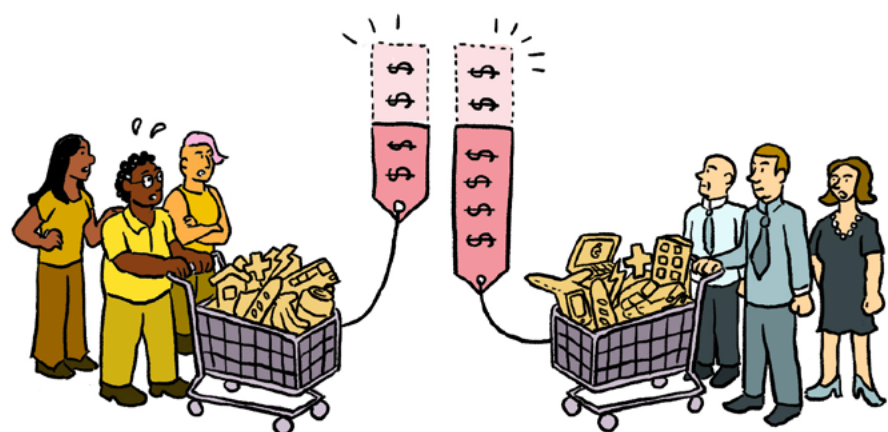
- 1) Qual a diferença entre inflação de custo e de demanda?
- 2) Cite duas possíveis causas da inflação e as ferramentas para combatê-las.



## Impactos desiguais da inflação

O efeito da inflação sobre cada pessoa depende do que consumimos. A inflação de preços de artigos de luxo, como helicópteros e colares de ouro, pouco afeta 99,9% da população. Já a inflação de alimentos da cesta básica tem um efeito muito mais relevante na maior parte da população, principalmente para aqueles que gastam grande parte dos seus salários com esses produtos.

Segundo o **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (IPEA, 2021), a inflação acumulada em 2020 para as famílias de renda domiciliar mensal inferior a R\$ 1.650,00 foi em torno de 6%, enquanto para as famílias de renda domiciliar mensal superior a R\$ 16.509,00, foi de apenas 2,7%. Ou seja, as pessoas mais pobres sentiram mais o impacto da inflação do que as mais ricas, pois sua cesta de produtos foi mais impactada pelas variações dos preços.



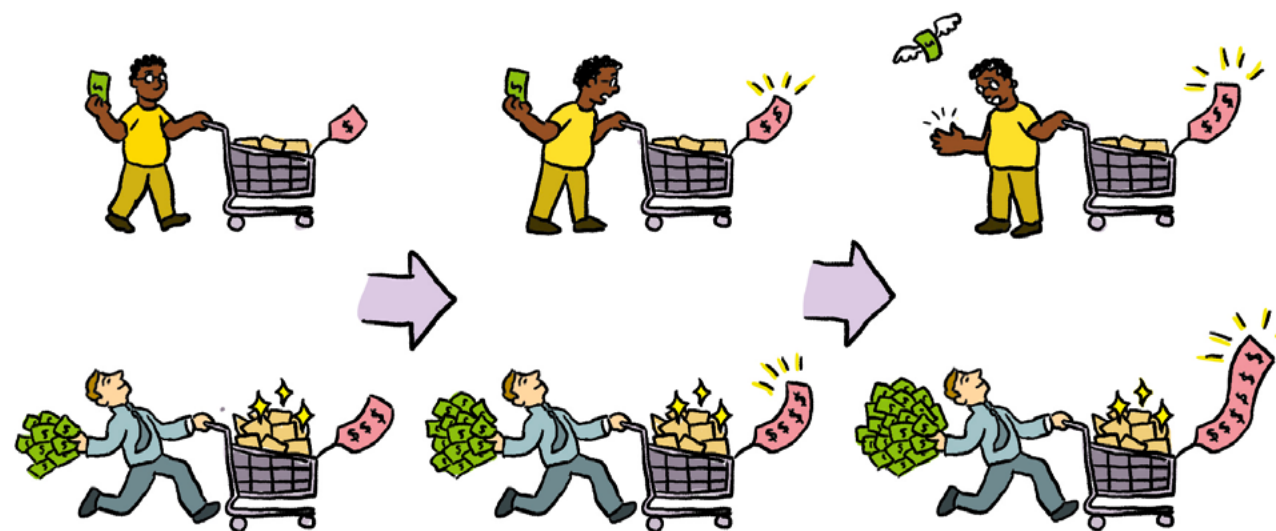
PESSOAS MAIS POBRES SENTEM MAIS A INFLAÇÃO

Além de sentirem mais a inflação, as pessoas mais pobres são as que possuem menos condição de se proteger de processos inflacionários. Sabe aquele reajuste anual do aluguel? Ele significa que os donos dos imóveis estão protegendo seus rendimentos da inflação, enquanto quem aluga aumenta seus gastos. E o reajuste da passagem? São as empresas de ônibus protegendo as suas margens de lucro. Enquanto isso, trabalhadoras e trabalhadores, princi-

palmente os informais, dificilmente têm sua remuneração vinculada aos índices inflacionários.

A exceção importante são os salários e benefícios vinculados ao salário mínimo. O Brasil possuiu, entre 2004 e 2019, uma Política de Valorização do Salário Mínimo, que levava em conta o resultado do PIB e a inflação para calcular o reajuste inflacionário. Isto é, as trabalhadoras e os trabalhadores eram recompensados com o crescimento da economia do país. A política foi encerrada pelo governo em 2019, e hoje em dia o salário mínimo deve ser ajustado pela inflação, conforme manda a Constituição.

Se, por um lado, a falta de reajuste pode levar os salários a perder o poder de compra, quando o salário aumenta mais do que os preços das coisas, temos um ganho de poder aquisitivo de quem trabalha, a despeito da inflação. Por exemplo, se uma pessoa ganhar um reajuste de salário de 10% e a inflação foi de 7% naquele ano, ela saiu ganhando, mesmo se o reajuste de salário recebido tenha causado inflação, como vimos na explicação de inflação por conflito distributivo. **Logo, o impacto da inflação na nossa vida depende também do quanto o nosso rendimento aumenta.**



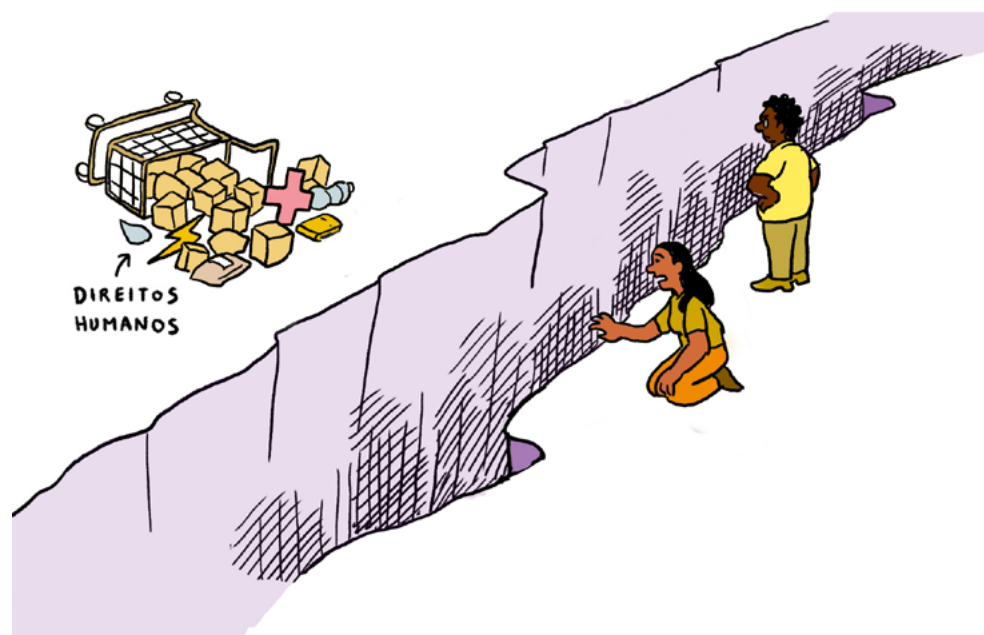
O IPEA é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia criada em 1964.

CLIQUE AQUI PARA LER MAIS SOBRE ESTA PESQUISA



## Inflação e direitos humanos

A **inflação pode comprometer os padrões de vida digna e a garantia de direitos consagrados**. A inflação de alimentos, por exemplo, pode interferir no direito à alimentação e nutrição adequada e saudável. A inflação de serviços, como energia elétrica e água, e de bens, como combustível e gás natural, também impede o acesso aos direitos – por exemplo, o aumento do valor do combustível e, logo, das passagens de ônibus, podem impossibilitar uma família de ir ao posto de saúde mais próximo. Já a inflação de preços de imóveis e de aluguéis compromete o direito à moradia e o acesso à terra.



**A inflação também pode minar as políticas sociais do governo** voltadas para a garantia de direitos, se essas não forem protegidas dos aumentos de preços. Por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) alimenta cerca de 41 milhões de estudantes anualmente e há anos não recebe ajuste inflacionário, o que significou, entre 2014 e 2019, uma perda real de 20% de seus recursos.

Em suma, para assegurar que a inflação não interfira na preservação de direitos humanos, é necessário combinar **o controle da inflação dos bens e serviços que mais afetam** a maioria da população **com a garantia que os salários de quem trabalha e as políticas sociais sejam ao menos corrigidas anualmente pela inflação**.

### \* O QUE VIMOS ATÉ AQUI

Os impactos da inflação são variados, mas geralmente atingem as pessoas mais pobres que não conseguem se proteger dela. A garantia de direitos humanos também é afetada pela inflação, pois um aumento de preços de alguns setores, como alimentação e moradia, compromete os padrões de vida mínimos à dignidade humana. Além disso, a inflação interfere nos direitos humanos ao prejudicar os orçamentos para políticas sociais, caso estes não possuam mecanismos para se blindar da inflação.

### PERGUNTAS PARA DEBATE

- 1) Vimos que a inflação afeta diferentemente pessoas ricas e pobres. Qual desses grupos consegue se proteger melhor da inflação? E com quais ferramentas?
- 2) Qual bem ou serviço fundamental da sua vida teve o maior aumento de preços nos últimos anos? O aumento de preço afetou o acesso aos direitos humanos? De que forma?





## Crédito e sua relação com direitos humanos

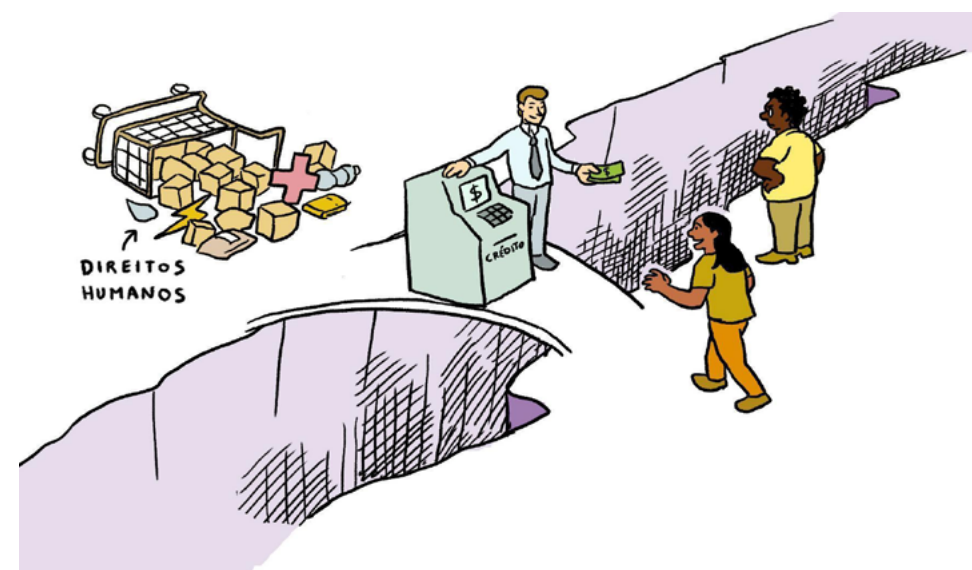


O crédito (ou empréstimo) é um contrato em que o empréstador provê dinheiro para uma parte devedora em troca de pagamentos futuros. O credor cobra uma taxa pelo empréstimo, **chamada de taxa de juros** e, em caso do descumprimento do contrato, impõe sanções à parte devedora. Vários podem ser os credores e empréstadores, mas **o crédito mais comum é feito pelos bancos que emprestam para pessoas e empresas.**

Como todos os contratos, a decisão de entrar em uma relação de dívida é uma escolha livre. Entretanto, essa liberdade é cada vez mais relativa, pois crescentemente a realização dos direitos humanos depende do acesso ao crédito. Isso é, as pessoas fazem empréstimos para garantir suas necessidades básicas como alimentação, habitação, educação, saúde, entre outros. Essas necessidades básicas deveriam ser garantidas por meio do acesso universal aos direitos humanos, mas hoje a realidade é que elas são mercadorias, e as pessoas muitas vezes precisam contrair crédito e pagar juros para acessar esses direitos.

O que é uma dura realidade para a população, beneficia o sistema bancário: ao estimularem cada vez mais pessoas a contraírem empréstimos, os bancos e outras instituições financeiras se beneficiam dos juros pagos pelos clientes e, nos momentos de crise, restringem o acesso ao crédito.

Em suma, os **direitos humanos são cada vez mais transformados em mercadorias e seu acesso é intermediado pelo mercado financeiro.**



Adicionalmente, este acesso à crédito é desigual e discriminatório. Essa discriminação está tanto no acesso ao crédito quanto nas condições do contrato de crédito.

Nos Estados Unidos, **há evidências de discriminação contra pessoas negras na concessão de hipotecas motivada exclusivamente pela cor da pele.** Havendo dois clientes com a mesma avaliação de risco, uma pessoa branca tem mais chances de conseguir o empréstimo do que uma pessoa negra. Além disso, o tratamento desigual também está no maior custo do crédito para a parcela empobrecida da população, associada a um maior risco de inadimplência.

Para o caso brasileiro, há menos estudos sobre a questão, porém **um levantamento de 2017** mostra que pessoas **microempreendedoras pretas e pardas procuram menos o crédito quando precisam em relação às brancas, solicitam valores menores, têm maior chance de ter o pedido rejeitado e pagam taxas de juros maiores.** Uma proporção maior de pessoas empreendedoras pretas e pardas alegam dificuldade de acesso aos serviços financeiros e se sentem constrangidas dentro dos bancos.

*É todo o ambiente em que ocorrem as operações financeiras, como operações de compra e venda de ações, valores mobiliários e câmbio. Ele envolve as bolsas de valores, os bancos e outros agentes que operam com ativos financeiros, com o próprio Estado.*

CLIQUE AQUI PARA LER MAIS SOBRE ESTE ESTUDO

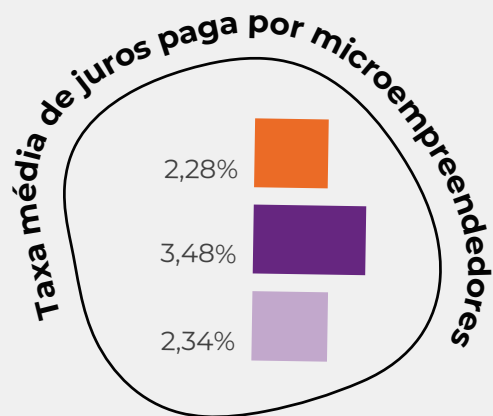


CLIQUE AQUI PARA LER MAIS SOBRE ESTE LEVANTAMENTO



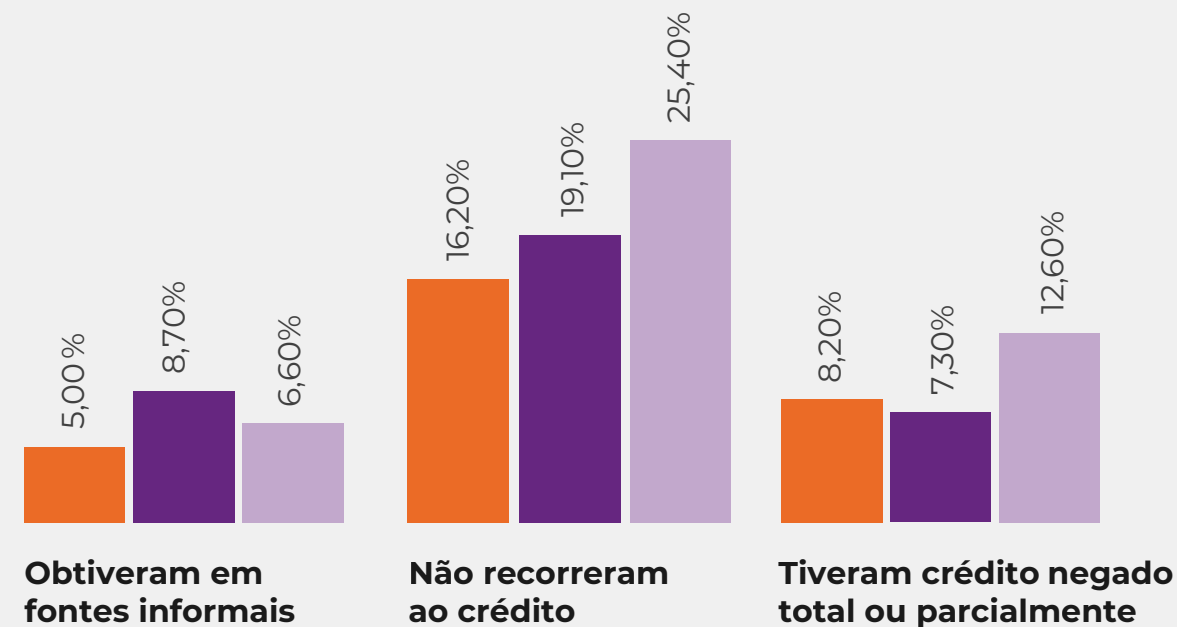
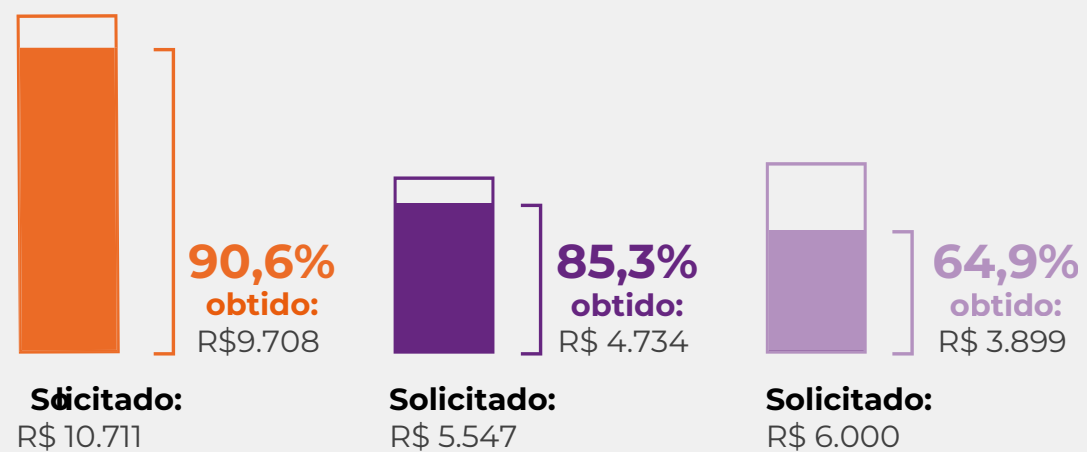
## A DESIGUALDADE RACIAL NO MERCADO DE CRÉDITO

Perfil de acesso ao crédito produtivo



### DEMANDA POR CRÉDITO NÃO ATENDIDA

### VALORES MÉDIOS SOLICITADOS E OBTIDOS



Fonte: PAIXÃO, Marcelo. Acesso ao crédito produtivo pelos microempreendedores afrodescendentes, 2017.

Elaboração própria.

CLIQUE AQUI  
PARA LER O  
RELATÓRIO  
COMPLETO

LEIA MAIS EM "O SISTEMA FINANCEIRO E O ENDIVIDAMENTO DAS MULHERES", ORGANIZADO POR GRACIELA RODRIGUEZ.



Se por um lado, o difícil acesso a crédito justo é um problema, o endividamento excessivo devido ao crédito também é um desafio. O processo de endividamento via crédito **atinge majoritariamente as mulheres**, como alerta o **estudo organizado por Graciela Rodriguez**. Por serem frequentemente as responsáveis pela administração do lar e pela sobrevivência de suas famílias, e por terem uma posição econômica e política subordinada, as mulheres e suas famílias dependem de políticas sociais. **Quando as políticas são desmanteladas**, essas mulheres são empurradas ao crédito para suprir suas necessidades básicas e de seus dependentes, como alimentação e contas de luz e água.

A inserção dessas mulheres no endividamento é estimulada por iniciativas públicas e privadas de "inclusão financeira", que muitas vezes são direcionadas para elas. Por exemplo, o governo lançou no oito de março (Dia Internacional de Luta das Mulheres) de 2022 o "Brasil para Elas", programa de crédito e empreendedorismo para mulheres; e o Banco Santander possui as linhas de crédito para mulheres empreendedoras desde 2019.

Não se trata de condenar políticas de crédito focadas em mulheres, e sim de entendê-las em um contexto maior, onde o desmantelamento das políticas sociais e o posicionamento fragilizado das mulheres na economia levam estas a não ter outra opção senão um ciclo contínuo de endividamento.

CLIQUE AQUI PARA VER NÚMEROS DO DESMANTELAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS, NA PUBLICAÇÃO DO INESC, "A CONTA DO DESMONTE".



## \* O QUE VIMOS ATÉ AQUI

O crédito é uma relação onde uma pessoa ou empresa contrai um empréstimo com um banco ou instituição financeira. Ele é cada vez mais importante para as pessoas, pois elas usam o crédito para acessar direitos humanos básicos, como saúde, moradia e alimentação. As condições de acesso ao crédito, porém, variam muito dentro da sociedade, e são as pessoas negras as que sofrem maiores dificuldades em pegar e pagar seus empréstimos.



### PERGUNTAS PARA DEBATE

- 1) Por que o acesso ao crédito é importante para a economia? E para os brasileiros?
- 2) É justo as pessoas negras pagarem taxas de juros mais altas pelos seus empréstimos?
- 3) As mulheres devem ter programas de crédito facilitado, com menos juros e melhores condições de pagamento?

## **2. Política monetária e os direitos humanos**

Esta seção tem como objetivo apresentar a operação da política monetária no Brasil e os canais pelos quais ela pode afetar os direitos humanos.

## 2. Política monetária e os direitos humanos

A política monetária e a atuação do Banco Central afetam, entre outras coisas, a inflação e o crédito, que, como vimos, têm relação com os direitos humanos. Ela também influencia outras variáveis econômicas, como o investimento, a renda e o emprego. Além disso, ela tem uma relação mais direta com alguns direitos humanos, principalmente os sociais. Portanto, ela pode contribuir para garantia ou para a violação de direitos. Nessa seção, destacaremos a definição de política monetária, seus instrumentos de atuação e sua relação com os direitos humanos.

### O que é política monetária

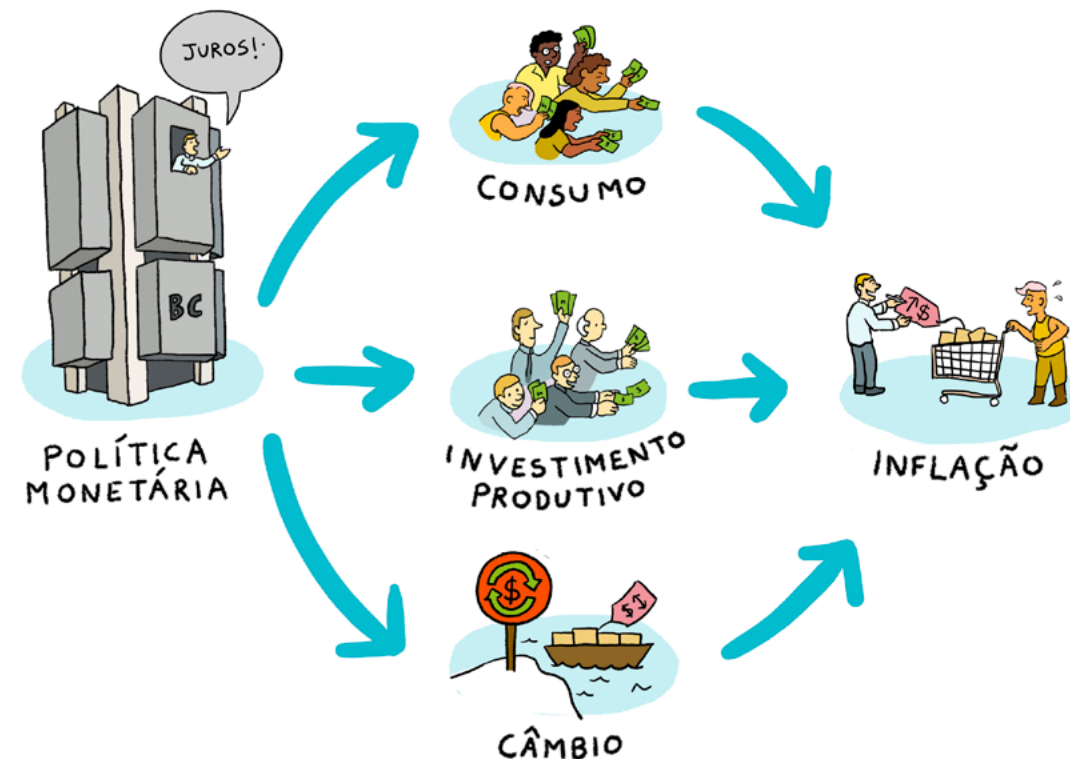
A política monetária é uma política macroeconômica do governo federal destinada à administração da moeda e das taxas de juros. No Brasil, ela tem como objetivo principal a estabilidade e controle da inflação e como objetivo secundário, a garantia do emprego. Essa política é operada pelo Banco Central, que também é encarregado de outras funções, conforme será discutido no próximo capítulo.

O principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central é o controle da taxa básica de juros brasileira, a Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Essa taxa é a base para remuneração dos títulos públicos e logo o piso de todas as outras taxas de juros do mercado, como as taxas de juros dos empréstimos dos bancos para pessoas e empresas. A ideia é: porque um banco emprestaria para uma pessoa ou empresa quando pode comprar títulos do governo, que são mais seguros? A solução

é oferecer empréstimos a uma taxa de juros acima da Selic!

Neste sentido, quando o Banco Central mexe na política monetária, aumentando ou diminuindo a taxa básica de juros, ele está afetando todas as taxas de juros da economia. A taxa de juros influencia a inflação, a renda e o crédito, logo afetando indiretamente os direitos. Para entender essas várias relações, é necessário primeiro entender a conexão entre juros e inflação, que veremos a seguir. Essa conexão ocorre por meio do consumo, do investimento e do câmbio.

### PRINCIPAIS CANAIS DE TRANSMISSÃO DA TAXA DE JUROS PARA A INFLAÇÃO:



Políticas econômicas são conjuntos de ações governamentais que são planejadas para atingir determinadas finalidades relacionadas com a situação econômica de um país. As principais políticas macroeconômicas são a cambial, a fiscal e a monetária.

## Impactos dos juros baixos no consumo e no investimento

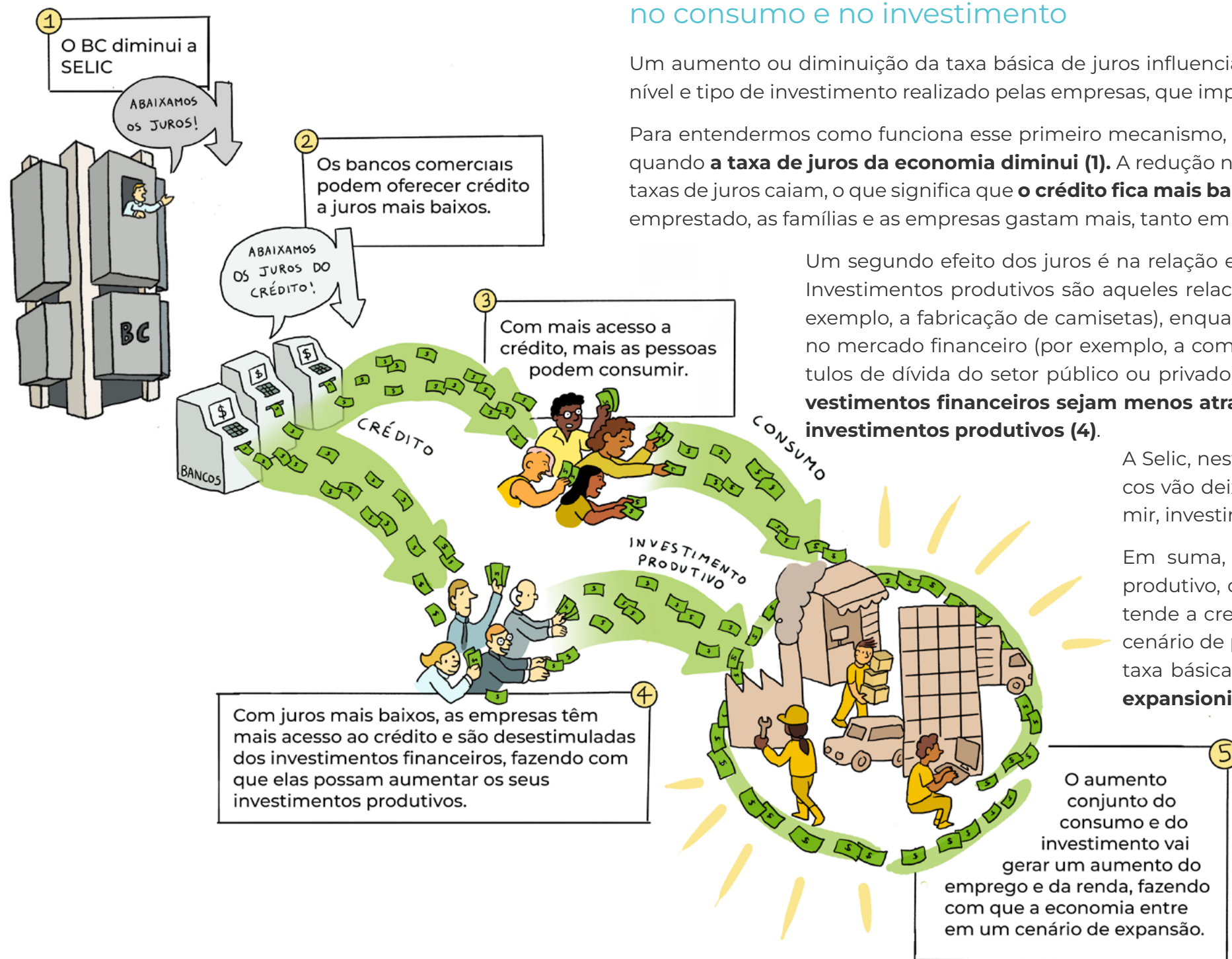
Um aumento ou diminuição da taxa básica de juros influencia a capacidade de consumo das pessoas e o nível e tipo de investimento realizado pelas empresas, que impactam a inflação.

Para entendermos como funciona esse primeiro mecanismo, vamos começar observando o que acontece quando **a taxa de juros da economia diminui (1)**. A redução na taxa básica de juros faz com que as demais taxas de juros caiam, o que significa que **o crédito fica mais barato (2)**. Com a diminuição do custo de tomar emprestado, as famílias e as empresas gastam mais, tanto em consumo quanto em investimentos (3 e 4).

Um segundo efeito dos juros é na relação entre investimentos produtivos e financeiros. Investimentos produtivos são aqueles relacionados à produção de bens e serviços (por exemplo, a fabricação de camisetas), enquanto investimentos financeiros são aplicações no mercado financeiro (por exemplo, a compra de ações de empresas e a compra de títulos de dívida do setor público ou privado). **Juros mais baixos fazem com que os investimentos financeiros sejam menos atrativos e as empresas optem por fazer mais investimentos produtivos (4)**.

A Selic, neste sentido, é o que pessoas, empresas e bancos vão deixar de ganhar quando decidirem por consumir, investir ou emprestar.

Em suma, juros baixos significam mais investimento produtivo, crédito e consumo – isto é, toda a economia tende a crescer mais, principalmente se não estiver em cenário de pleno emprego. Por esse efeito, a redução da taxa básica de juros é chamada de **política monetária expansionista (5)**.





## Impactos dos juros **altos** no consumo e no investimento

Vejamos agora o que acontece se o BC aumenta a taxa de juros da economia (1). Evidentemente, ocorre o contrário do que quando os juros descem. Os bancos vão exigir mais para fornecer empréstimos, logo o custo do crédito aumenta (2), desestimulando tanto o consumo (3) quanto o investimento (4).

Ademais, a lucratividade do mercado financeiro tende a ser mais elevada, pois os títulos públicos estão rendendo mais, logo as empresas preferem os investimentos financeiros aos produtivos (4). Com o desestímulo tanto para o consumo como para o investimento, a economia acaba se contraindo. Por isso, a elevação da taxa de juros é chamada de uma **política monetária contracionista (5)**.



POLÍTICA MONETÁRIA  
CONTRACIONISTA

Dessa forma, vimos que a política monetária pode ser expansionista ou contracionista. No primeiro caso, quando a taxa de juros cai, há um aumento tanto do consumo como do investimento produtivo, fazendo com que a economia expanda o seu crescimento. Já no segundo caso, a elevação da taxa de juros tem efeitos recessivos sobre a economia, provocando uma contração.

**Mas se a política monetária contracionista desacelera a economia e pode causar recessão, por que o Banco Central a utiliza?**

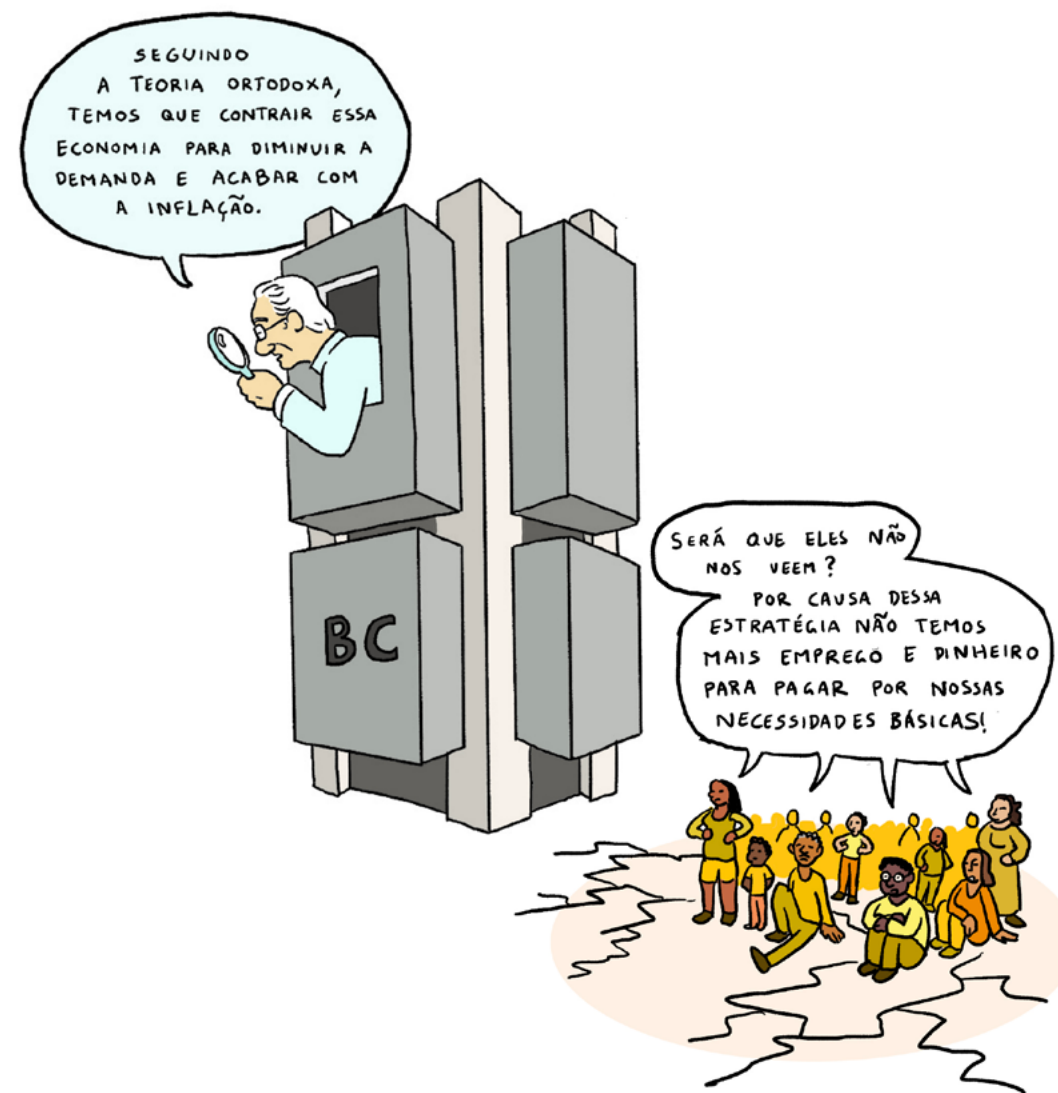
Lembra que vimos que, no diagnóstico da inflação, os economistas podem chegar à conclusão que a natureza dela é de custos ou de demanda?



POLÍTICA MONETÁRIA  
EXPANSIONISTA

O Banco Central acredita que a inflação vem de um problema de excesso de demanda, causado por uma quantidade excessiva de dinheiro em circulação.

Partindo desse diagnóstico, ele escolhe tratar a inflação aumentando juros, o que, como vimos, contrai a economia, pois reduz o acesso ao crédito e os investimentos, e isso diminui a demanda por bens e serviços, pressionando preços para baixo. Ou seja, **o Banco Central utiliza a contração econômica via juros para tentar reduzir a inflação.**



**Aqui está a chave da questão:** o combate à inflação é muito importante, porém se realizado por meio de uma política que aumenta o desemprego e diminui o consumo, ele atua contra a garantia de direitos e redução de desigualdades. Como a inflação no Brasil é frequentemente de custos, esta estratégia de combate também não significa o controle da inflação.

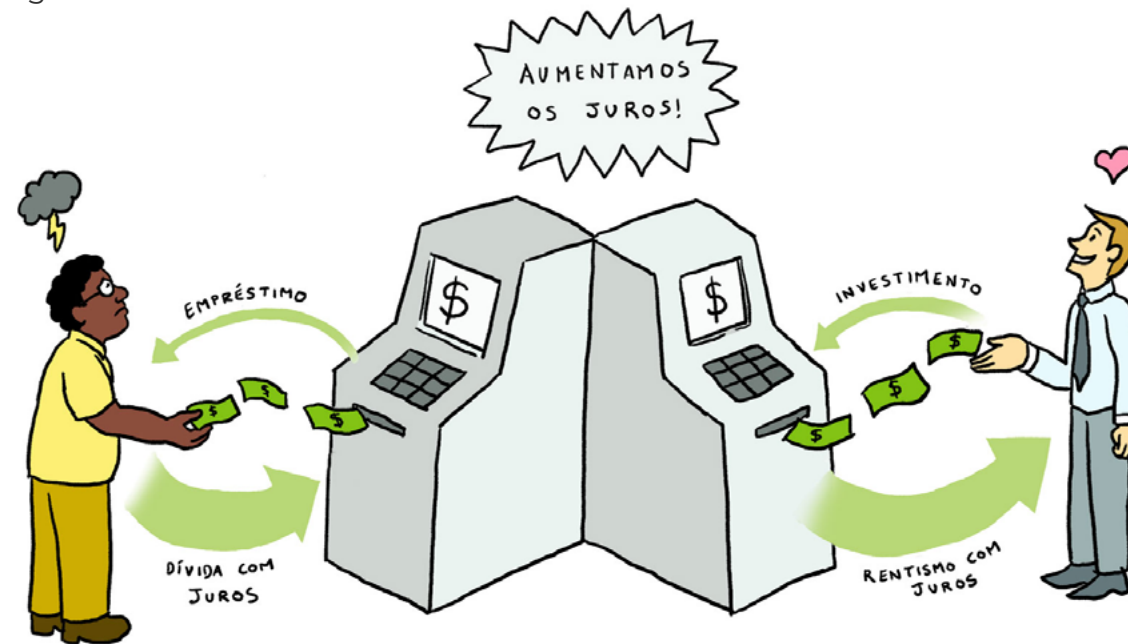


### \* O QUE VIMOS ATÉ AQUI

O primeiro canal de impacto da taxa de juros sobre a inflação decorre do seu efeito sobre o consumo e o investimento e, conseqüentemente, sobre o nível de renda e emprego da economia. Esse impacto pode ser expansionista ou contracionista e ocorre tanto através da influência sobre o custo do crédito como também pelo seu impacto sobre o mercado financeiro. A política monetária expansionista é a redução da taxa básica de juros e significa mais crédito e investimento, gerando emprego e renda. Já na política monetária contracionista, a economia se contrai e o aumento da Selic aumenta a rentabilidade dos investimentos financeiros. O Banco Central utiliza-se principalmente da política monetária contracionista para combater a inflação, o que significa menos consumo e investimentos produtivos e mais desemprego.

### PERGUNTAS PARA DEBATE

- 1) O que é uma política monetária contracionista? E a expansionista?
- 2) Em momentos de crise econômica e social, qual política faz mais sentido ser aplicada? Por quê?



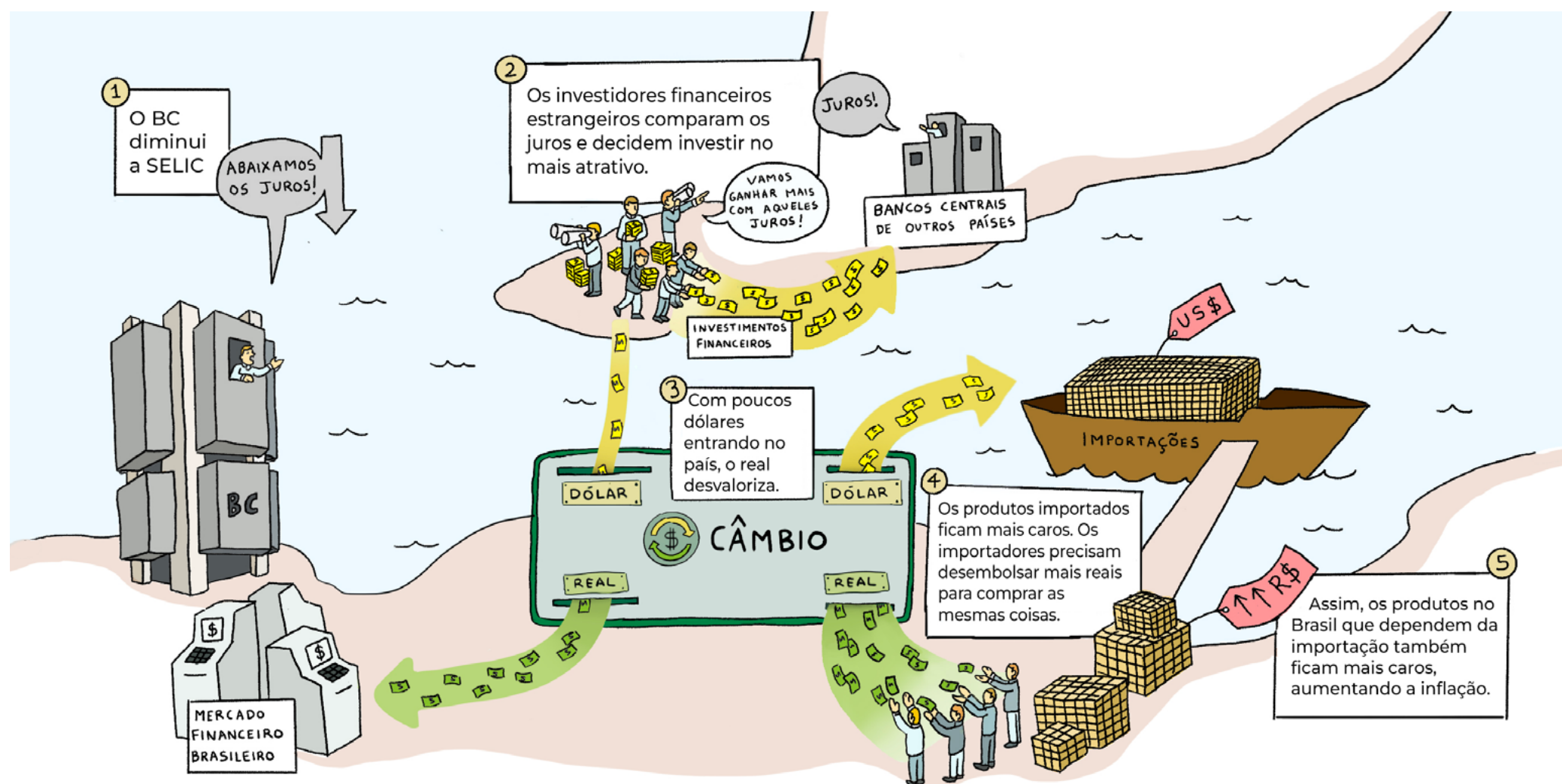
QUEM É VOCÊ QUANDO OS JUROS AUMENTAM?

## Impactos dos juros baixos na taxa de câmbio

O segundo canal da relação entre juros e inflação é a taxa de câmbio, ou seja, o preço do dólar ou de outra moeda estrangeira em moeda nacional. Esse impacto está relacionado **a capitais financeiros internacionais**, que entram ou saem do Brasil de acordo com a nossa taxa de juros. Juros altos atraem investidores financeiros internacionais, que compram títulos públicos e outros ativos, enquanto juros baixos os afastam, pois comprarão títulos de países que oferecerem juros melhores.

Portanto, a **redução da taxa de juros tende a levar à saída de dó-**

**lares, pois afasta capitais internacionais. Com menos dólar no mercado, a moeda americana fica mais cara e a moeda brasileira, desvalorizada: isso é conhecido como desvalorização cambial.** Um real desvalorizado gera inflação, como vimos na parte sobre causas da inflação, pois ficará mais caro comprar produtos importados. Como o Brasil depende muito de produtos importados, por exemplo, o trigo do nosso pão e nossos eletrônicos são importados, ter um dólar caro ou barato influencia muito o nosso poder de compra.



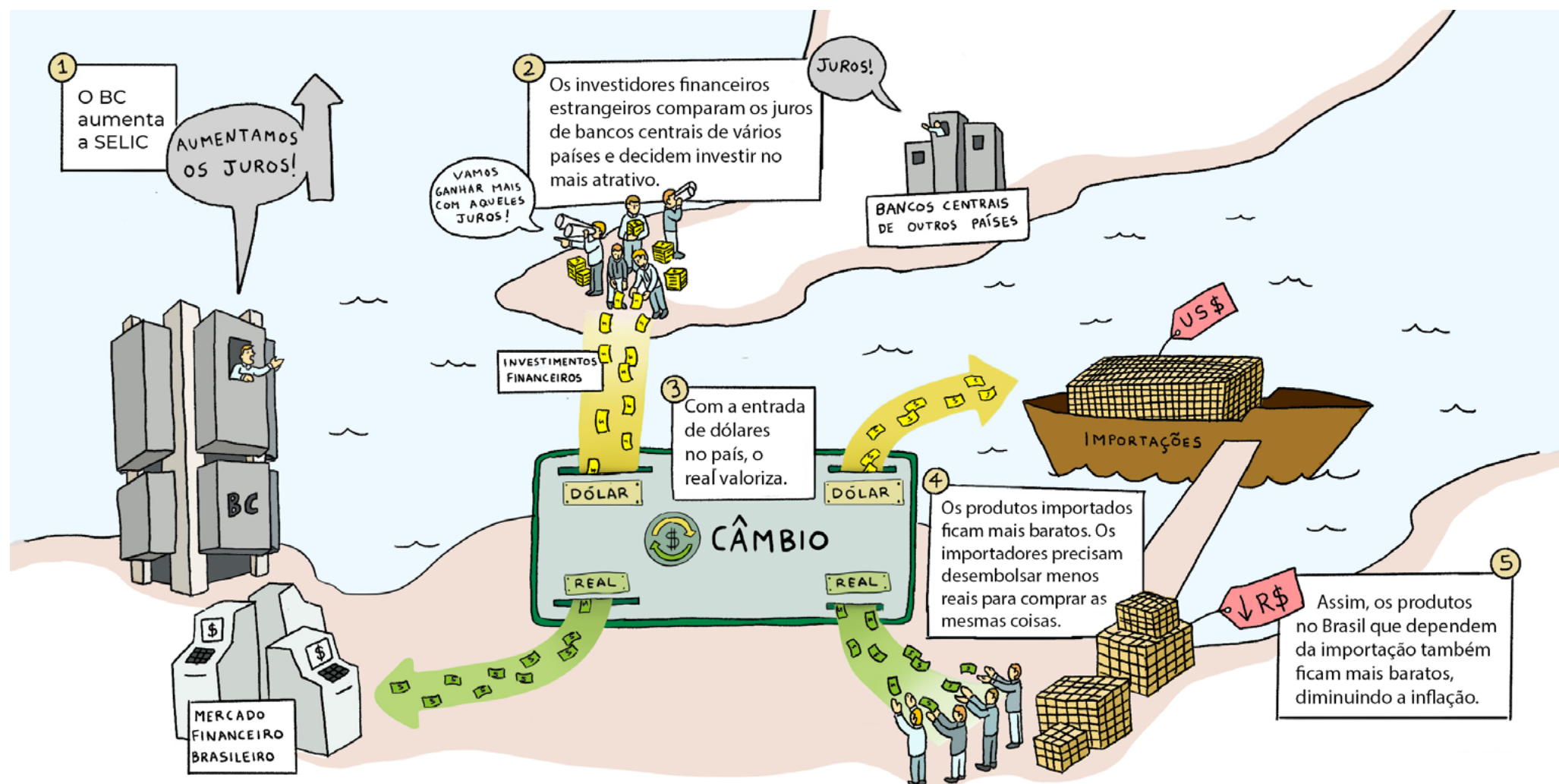
## Impactos dos juros **altos** na taxa de câmbio

De forma inversa, um **aumento da taxa de juros** é também um aumento da atratividade dos títulos domésticos no mercado internacional, o que tende a atrair capitais estrangeiros e tornar o **dólar mais barato**, valorizando o real. O dólar mais barato torna os **produtos importados mais baratos**, o que contribui para reduzir a inflação.

Neste sentido, a política contracionista praticada pelo Banco

**Central procura também lutar contra a inflação por meio de um real valorizado.** Historicamente a taxa de câmbio foi muito usada para combater a inflação no Brasil - por exemplo, durante o **Plano Real**. Uma valorização excessiva do real, porém, tem efeitos perversos na produção brasileira, causando desindustrialização e aumento da dependência externa, pois os produtos importados acabam se tornando mais baratos do que a produção nacional.

*Foi um programa brasileiro com o objetivo de estabilização da moeda nacional, iniciado em 27 de fevereiro de 1994 e implantado no governo Itamar Franco. Ele foi eficaz, na época, em combater o cenário de hiperinflação no Brasil.*



## \* O QUE VIMOS ATÉ AQUI

A taxa de juros influencia, além do consumo e do investimento, o câmbio. Uma taxa de juros alta significa mais dinheiro entrando no Brasil, o que leva a uma valorização do real, pois mais dólares estão circulando. Com o real valorizado, fica mais barato importar, o que é bom para a inflação, mas ruim para a produção de bens no Brasil, pois a indústria nacional concorre com uma produção estrangeira mais barata. O rebaixamento da taxa de juros tem o efeito contrário: menos dólares no Brasil, real desvalorizado e mais inflação, pois os produtos importados ficam mais caros. O Brasil nas últimas décadas vem utilizando muito o aumento de juros para manter o real valorizado e assim controlar a inflação.



### PERGUNTAS PARA DEBATE

- 1) O que é a taxa de câmbio? Como ela é influenciada pelos juros? E como ela afeta a inflação?
- 2) O que significa manter o real valorizado para a economia brasileira?

## \* INFLAÇÃO NA PANDEMIA E O CHOQUE DE JUROS

A inflação de uma economia que possui desemprego, como a brasileira, normalmente não é a de demanda. A inflação no Brasil está principalmente associada aos custos, com preços dos combustíveis e dos alimentos, porém o Banco Central segue utilizando a ferramenta dos juros para combatê-la.

Nesse sentido, o Brasil foi um dos países do mundo que mais subiu a taxa de juros no ano de 2021, a despeito do cenário de desemprego alto e da evidente necessidade de recuperação econômica. A Selic subiu de 2% em janeiro para 9,25% em dezembro, uma decisão que contraria a lógica do regime de metas de inflação, uma vez que não havia pressão de demanda na economia brasileira.

A inflação fechou o ano de 2021 em 10% medida pelo IPCA, mas as causas dessa inflação não justificam o grande aumento dos juros, ao contrário, essas apontavam para a necessidade de outras políticas alternativas para contê-la. **Um dos grandes vilões da inflação de 2021 foi o preço de combustíveis, que cresceu 47,5% durante o ano**, aumentando o custo do transporte e de diversas mercadorias. Esse aumento poderia ter sido evitado se a política de preços do combustível da Petrobrás estivesse voltada para o interesse nacional e não para os interesses dos acionistas.

Da mesma forma, **a inflação de alimentos e bebidas (8% em 2021)** poderia ter sido menor se os estoques de alimentos da **Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)** não tivessem sido zerados e privatizados ou se fossem outros instrumentos de política pública, como subsídios, reduções tarifárias e políticas de comércio exterior.

Portanto, a lógica do combate à inflação na pandemia foi a do uso de um único instrumento (juros) para uma inflação de múltiplas causas. O aumento de juros beneficia o setor financeiro, mas representa um freio na recuperação econômica tão necessária em um contexto de crise econômica e social.

*É uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Entre seus objetivos, está de promover o direito à segurança alimentar e nutricional, logo a Conab executa ações e programas de abastecimento social.*

## Impactos da política monetária nos direitos humanos

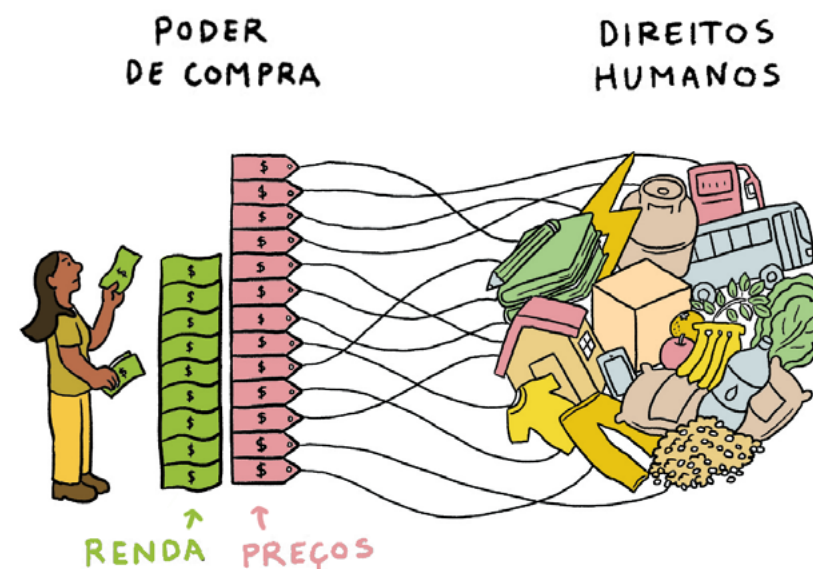
Podemos observar até esse momento de que forma a política monetária impacta na vida das pessoas – isto é, como os juros impactam na inflação, no emprego e no crescimento econômico. Agora, vamos procurar conectar diretamente esses impactos na geração de desigualdades e no acesso aos direitos humanos. Portanto, **esta seção será uma retomada de tudo que foi visto até aqui, mas procurando dar um passo além, ao fazer a conexão mais importante do guia: política monetária e direitos humanos.**

Os impactos da política monetária nos direitos humanos acontecem, no geral, de maneira indireta, porém eles são decisivos para a garantia desses direitos. A política monetária é diferente neste sentido da política fiscal, que tende a impactar os direitos humanos de forma direta, por meio das transferências de renda e prestação de serviços públicos.

Antes de analisarmos a relação indireta entre política monetária e direitos humanos, é importante ressaltar que existe um direito que é essencialmente relacionado com a política monetária: **o direito ao trabalho**. Este direito significa o pleno emprego de quem tem condições e vontade de trabalhar. Uma redução da taxa de juros tende a gerar renda e emprego, pois com acesso mais fácil ao crédito as empresas passam a produzir mais, já um aumento da taxa de juros tende a provocar o efeito contrário. Dessa forma, quando gera desemprego ou desestimula a criação de novos empregos, a política monetária impacta no direito ao trabalho.

O emprego e a renda dos trabalhadores, por sua vez, são condicionantes do acesso a muitos outros direitos. Analisando a totalidade dos direitos, hoje em dia as políticas sociais estão perdendo espaço

no orçamento público, logo, o acesso a direitos vem sendo crescentemente condicionado ao acesso ao dinheiro. Isso significa que a relação entre política monetária e direitos humanos fica mais próxima, pois as pessoas precisam de renda para ter acesso às suas necessidades básicas. Mas não é somente a renda que importa, pois se os preços aumentam muito, a renda acaba dando menos acesso à bens e serviços.

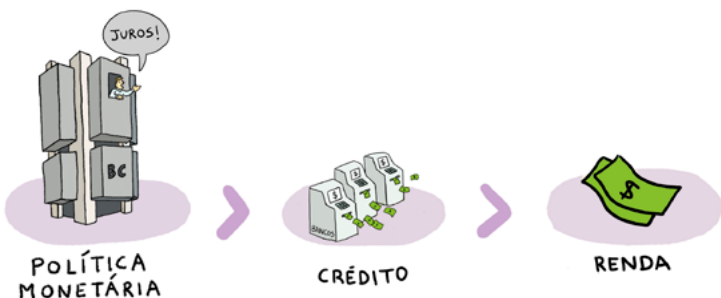


Neste sentido, a relação indireta entre política monetária e direitos humanos é por meio do **poder de compra**, que é a relação entre a renda de uma pessoa (que pode vir de salários, lucros, rendas de alugueis, etc.); e o preço das mercadorias. **Neste sentido, vamos dividir os mecanismos de transmissão da política monetária para as desigualdades e os direitos humanos em dois aspectos: renda e preços.**

## RENDA

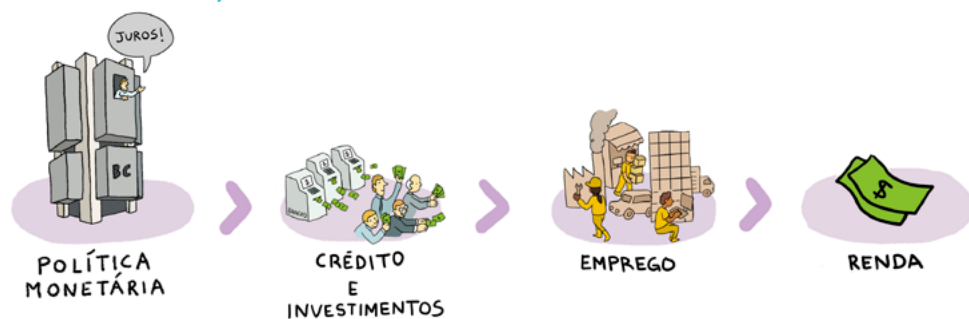
O primeiro canal que a política monetária impacta nos direitos humanos é por meio da renda. Essa relação é intermediada por meio de três variáveis que já estudamos aqui: **crédito, emprego e câmbio**.

### A POLÍTICA MONETÁRIA IMPACTA O ACESSO AO CRÉDITO, QUE INFLUENCIA NA RENDA



Um primeiro impacto se dá através do efeito que a política monetária exerce sobre o **crédito**, influenciando diretamente na **renda** das pessoas. A partir do estabelecimento da taxa básica de juros, o acesso ao crédito se torna mais fácil ou mais difícil, e logo as pessoas possuem (ou não) uma fonte de renda adicional, possibilitando assim com que o **poder de compra** da população suba ou desça. Lembrando que as condições de acesso ao crédito também estão conectadas com questões de desigualdade: Pessoas negras têm acesso a menos crédito e com juros maiores que pessoas brancas.

### A POLÍTICA MONETÁRIA INFLUENCIA O NÍVEL DE ATIVIDADE NA ECONOMIA, QUE IMPACTA EMPREGO E RENDA

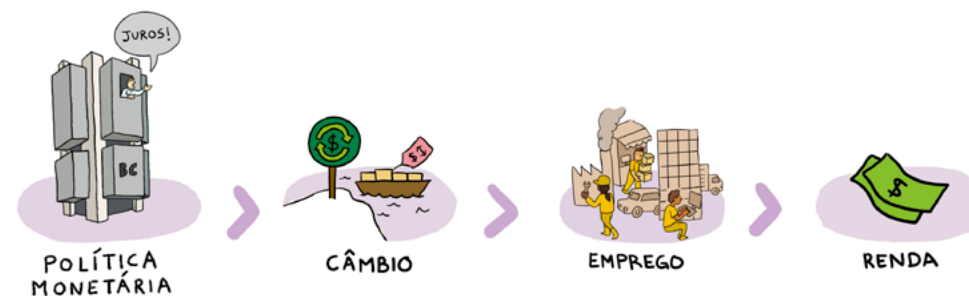


Além disso, ao alterar os juros do país, a política monetária influencia na **expansão** ou **contração** da economia. A renda da população tende a ser maior em momentos de expansão e a se reduzir em momentos de contração econômica.

Quando ocorre uma política monetária expansionista, isto é, uma diminuição da taxa de juros, é dado um incentivo para as famílias consumirem mais e as pessoas empresárias aumentarem seus investimentos. Isso faz com que haja uma expansão da produção e, conseqüentemente do emprego, fazendo com que aumente tanto a **renda** das pessoas quanto a quantidade de pessoas recebendo renda.

Porém, se a política monetária for restritiva, os efeitos são opostos e a economia tende a ter menos emprego e as pessoas menos renda. **O aumento do desemprego atinge as pessoas mais empobrecidas, especialmente negras e mulheres, sendo assim um fator de aumento das desigualdades sociais.** Além disso, ele é um importante fator de vulnerabilidade social e está associado ao aumento da pobreza, da fome e de diversas formas de discriminação.

### A POLÍTICA MONETÁRIA INFLUENCIA A TAXA DE CÂMBIO, QUE É UM DOS FATORES QUE AFETA EMPREGO E RENDA



Já pela via do câmbio, supondo um caso em que o Banco Central aumente a taxa de juros, haverá uma tendência para que o câm-

bio se valorize, isto é, o real ganhe mais valor frente ao dólar. Essa valorização do real pode ocasionar uma substituição da produção nacional por importações, podendo levar o país a um processo de desindustrialização, que pode se refletir em perda de empregos nacionais e, portanto, renda. Por outro lado, a desvalorização do real pode incentivar a produção nacional, pois os produtos importados ficam mais caros e os nacionais podem ganhar mais competitividade.

Entretanto, vale lembrar que a industrialização e desindustrialização de um país depende de muitos outros fatores, que não somente o câmbio, por exemplo, incentivos do governo, acesso a tecnologias, etc. **O impacto de modificações no câmbio sobre a estrutura produtiva não é direto e depende de outros fatores e de como o setor produtivo do país irá reagir à mudança no câmbio.**

## PREÇOS

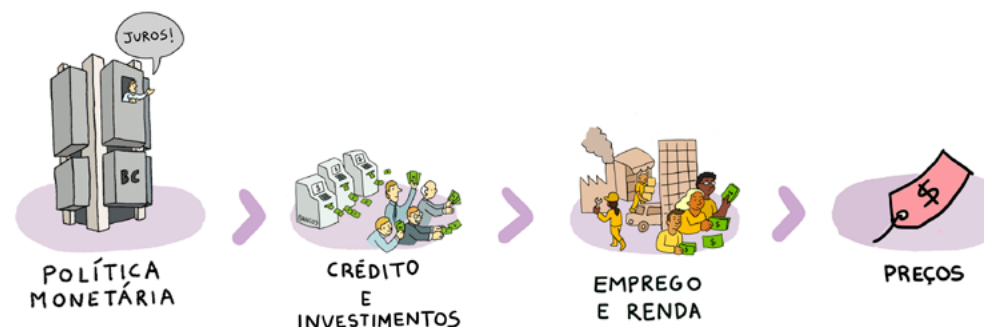
O segundo canal que a política monetária impacta nos direitos humanos são os preços, isto é, da inflação. Como vimos, a inflação afeta a todos, porém possui efeitos distintos nos grupos sociais e normalmente as pessoas mais pobres são as mais afetadas por ela.

### A POLÍTICA MONETÁRIA INFLUENCIA O CÂMBIO, QUE AFETA PREÇOS



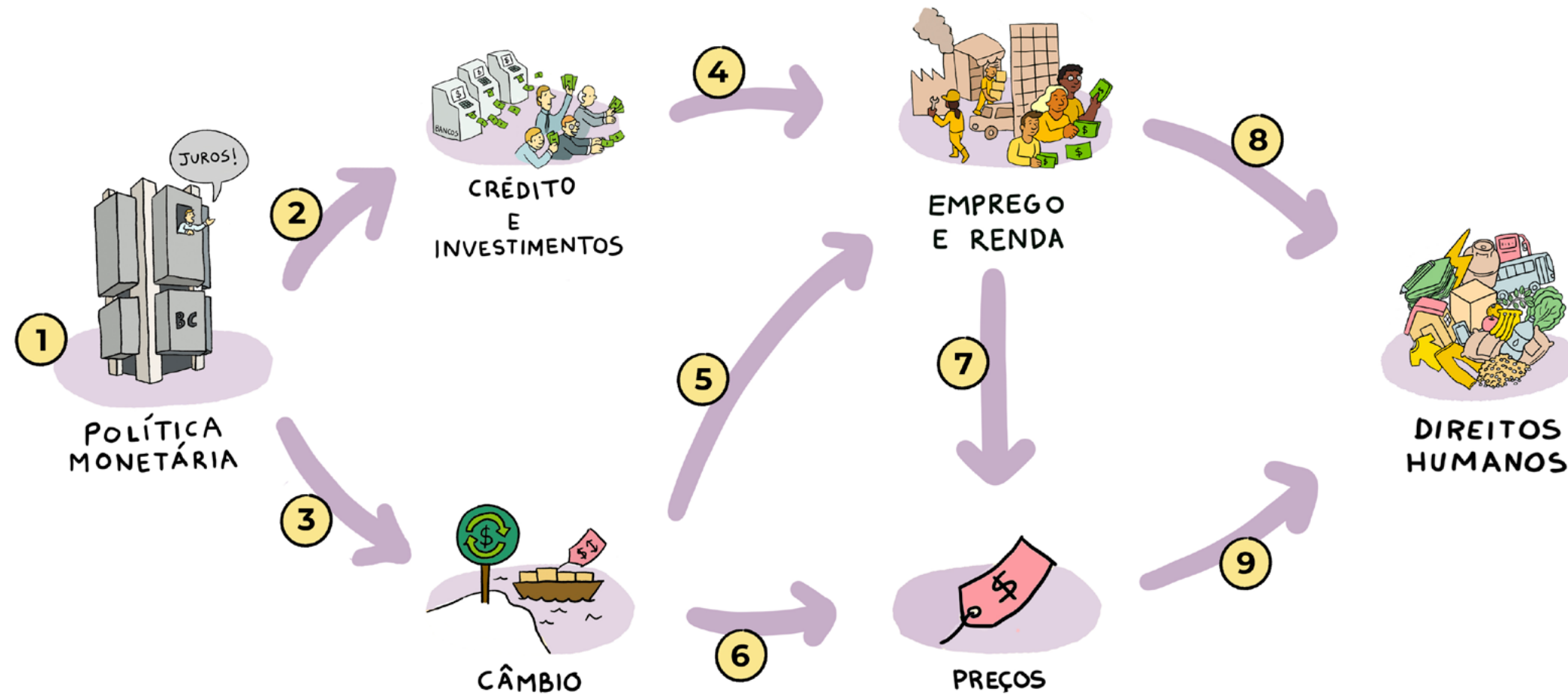
A elevação na taxa de juros pode ter um efeito de provocar um aumento do fluxo de investimentos financeiros para dentro do país e uma conseqüente valorização do câmbio, o que pode provocar uma redução da inflação no país por conta do barateamento dos produtos importados. O outro lado desse barateamento é a desindustrialização, como foi visto na parte sobre renda.

### A POLÍTICA MONETÁRIA AFETA O NÍVEL DE ATIVIDADE DA ECONOMIA, QUE PODE PRESSIONAR PREÇOS, EM UM CENÁRIO DE PLENO EMPREGO



Outro mecanismo que afeta os preços é através do crédito, dada sua influência no consumo e no investimento das pessoas, que impacta o nível de emprego. Como o diagnóstico de inflação por parte do Banco Central é que ela é um fenômeno de demanda. Quando há um fenômeno inflacionário, o Banco Central aumenta as taxas de juros, o que gera menos crédito, investimento e emprego, o que diminuiria a inflação. Uma diminuição de juros, por outro lado, aumentaria o crédito, o investimento e o emprego, o que, ao encontrar uma situação de pleno emprego, pressionaria os preços para cima.

## COMO A POLÍTICA MONETÁRIA AFETA OS DIREITOS HUMANOS



- 1 O Banco Central determina a taxa de juros.
- 2 A taxa de juros afeta, por um lado, o acesso a crédito e investimentos.
- 3 E, por outro lado, afeta a taxa de câmbio, ou seja, o preço do dólar.
- 4 O investimento e o crédito afetam o nível de atividade econômica, emprego e renda das famílias.
- 5 O câmbio afeta o comércio exterior, o que impacta na estrutura produtiva e no emprego.
- 6 A taxa de câmbio afeta a inflação.
- 7 O nível de emprego e renda, ou a demanda da economia, pode afetar os preços.
- 8 A renda das famílias garante, ou impede, o acesso a direitos. O direito ao trabalho é um dos direitos humanos.
- 9 A inflação interfere no acesso aos direitos.



## \* O QUE VIMOS ATÉ AQUI

Cada vez mais precisamos de dinheiro para acessar direitos, pois o Estado não aparece como provedor de políticas sociais de garantia de direitos humanos. A **renda** das pessoas e os **preços** dos bens e serviços são extremamente interligados entre si e são afetados pela política monetária. **O poder de compra se traduz em poder de acesso a direitos humanos**, logo a adoção de qualquer política monetária deveria levar em conta todos esses possíveis efeitos.

Quando gera desemprego, a política monetária impacta o acesso a direitos humanos, pois o desemprego é um direito e a consequente redução da renda familiar são condicionantes do acesso a outros direitos, especialmente os direitos econômicos, sociais e culturais. Logo, políticas monetárias contracionistas, por buscarem deliberadamente gerar desemprego, não são adequadas para os direitos humanos.

O combate à inflação com desemprego tampouco é eficiente quando a inflação decorre de aumento de custos. Portanto, o combate à inflação deve fazer uso de instrumentos alternativos à taxa de juros, que busquem identificar as diferentes causas da inflação e priorizar o combate daquelas que afetam a garantia de direitos.



### PERGUNTAS PARA DEBATE

- 1) Por que é cada vez mais necessário o acesso a recursos financeiros para garantir direitos?
- 2) Qual a relação entre política monetária e direitos humanos?

## \* FINANCIERIZAÇÃO E DIREITO À HABITAÇÃO E ALIMENTAÇÃO

Os direitos à habitação e à alimentação são impactados pela renda como todos os outros direitos, porém eles também possuem particularidades relacionadas à formação de seus preços. A habitação e a alimentação foram nas últimas décadas impactadas pela **financeirização**, o que significa que os preços das moradias e dos alimentos estão cada vez mais condicionados aos mercados financeiros, e logo, são mais voláteis.

A financeirização do setor habitacional tem levado a situações de discriminação, despejos e à restrição ao acesso à moradia. Na maioria dos países, os mercados financeiros, e não as necessidades das pessoas, são os principais reguladores do acesso à habitação, determinando parâmetros como preço, valor do aluguel, localização da terra e da moradia.

O valor das commodities agrícolas também é influenciado pela especulação financeira, levando a largas flutuações nos preços dos alimentos. Quando especulam, os agentes financeiros não estão interessados em comprar e vender alimentos, só em apostar no aumento de seus rendimentos. A inflação das commodities representa uma ameaça para a garantia do direito à alimentação e nutrição adequada e saudável para a população. Entre 2007 e 2008, mais de 30 países enfrentaram a fome em larga escala e 115 milhões de pessoas foram levadas à pobreza extrema devido aos aumentos exorbitantes da inflação alimentar.

Assim, vê-se os direitos à alimentação e à habitação cada vez mais subjugados aos ímpetus do setor financeiro, além de estarem desamparados em termos de políticas sociais. Neste sentido, o Banco Central, que regula o funcionamento dos bancos no Brasil, deveria regular esses mercados e o governo deveria controlar os preços desses bens essenciais para que não sejam alvo da especulação financeira que inviabiliza seu acesso pela população. Os direitos à moradia e habitação deveriam estar disponíveis para todos os brasileiros.

*É o aumento da importância dos bancos, bolsas de valores e da especulação financeira em uma economia. Quanto maior a financeirização, mais o lado real da economia (a produção de bens e serviços) se subordina ao sistema financeiro.*

## **3. Política monetária, transparência e democracia**

Esta seção tem como objetivo debater a transparência (ou a falta dela) que envolve o manejo da política monetária pelo Banco Central.

# 3. Política monetária, transparência e democracia

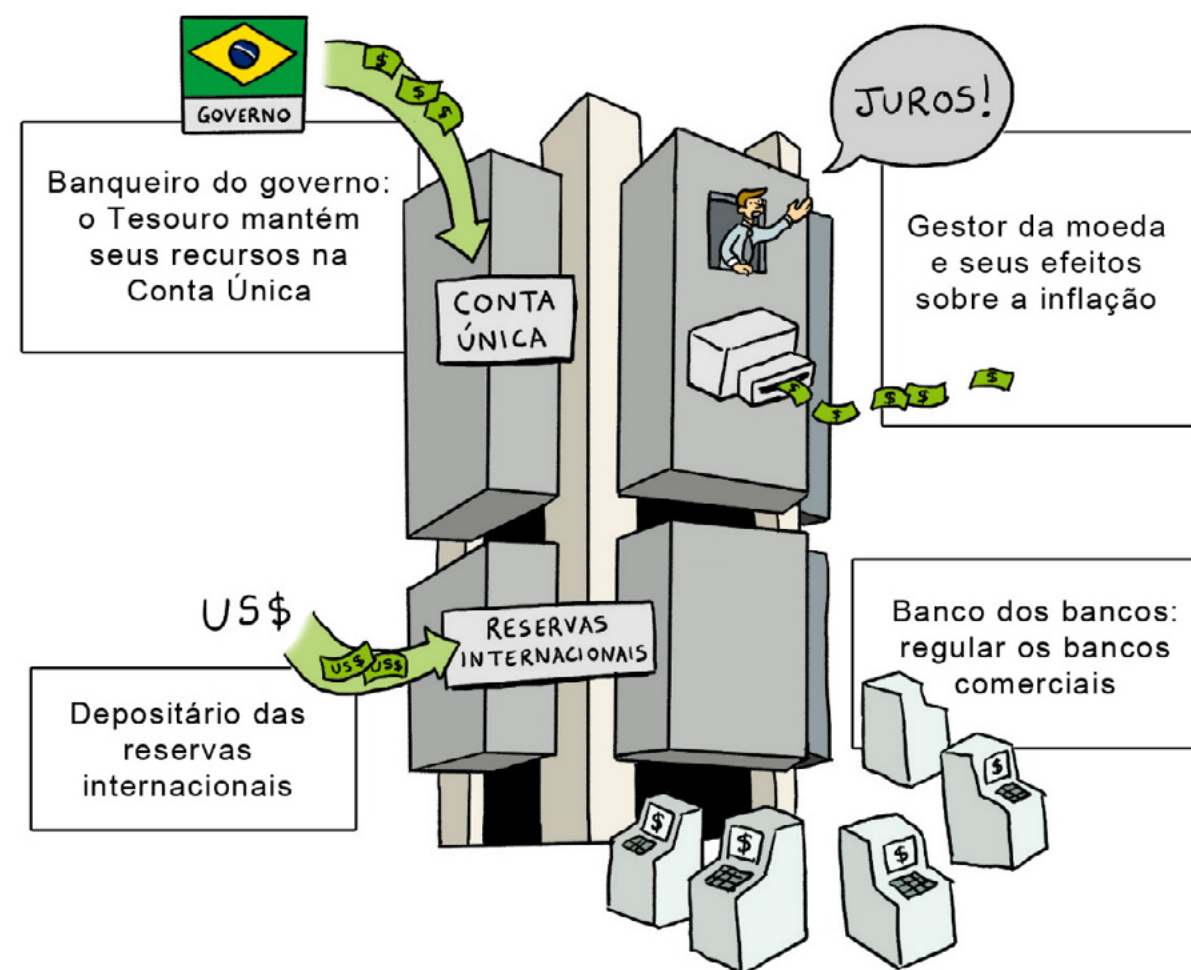
Como vimos, a inflação, o crédito e as taxas de juros influenciam a atuação de direitos humanos. Dada essa importância, é fundamental que a sociedade participe nas decisões acerca destes parâmetros econômicos. Este capítulo apresenta quais são os principais atores envolvidos na implementação da política monetária e qual o grau de democratização das decisões. Em síntese, analisaremos o quanto o Banco Central é representativo e está aberto (ou não) à sociedade.

O Banco Central foi criado em 1964 e é o ator chave da política monetária brasileira. Ele possui várias funções, que aparecem na imagem ao lado, mas a de gestor da moeda é a mais importante aqui, dado o nosso foco na inflação, crédito e juros. Como já vimos, o Banco Central administra a moeda e a inflação principalmente a partir do controle dos juros.

## CMN, Copom e as Portas Giratórias

Quem decide os valores da meta de inflação e da taxa básica de juros? Primeiro, o **Conselho Monetário Nacional (CMN)** define e anuncia a meta para a inflação anual. O CMN é o órgão de cúpula do Sistema Financeiro Nacional, é presidido pelo ministro da Economia e é composto ainda pelo presidente do Banco Central e pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia.

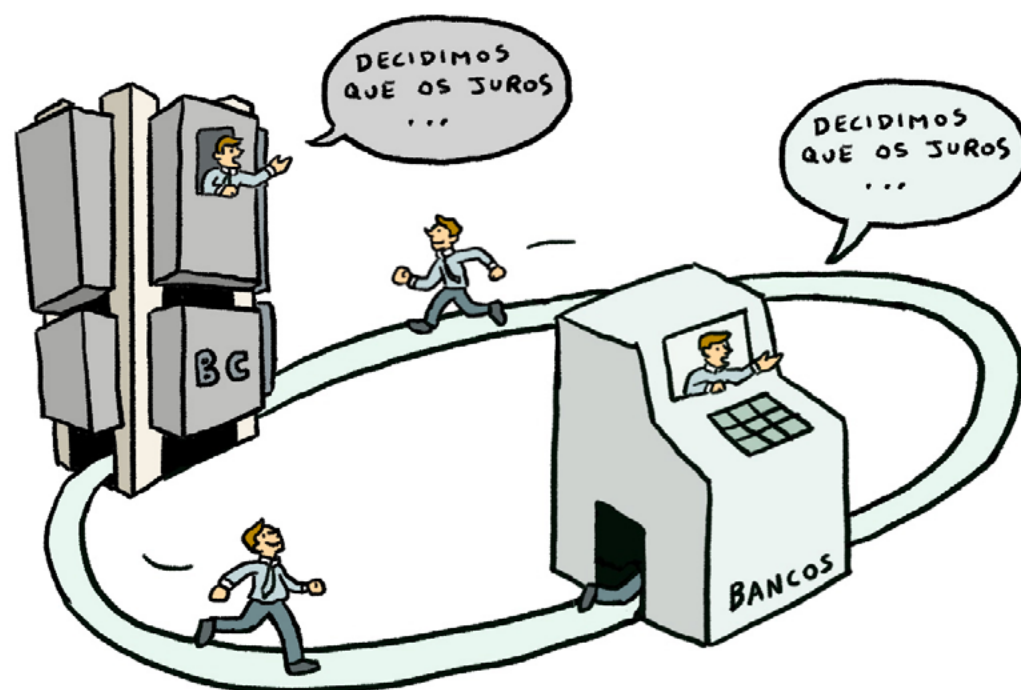
## AS FUNÇÕES DO BANCO CENTRAL



Com a meta de inflação estabelecida, o **Comitê de Política Monetária (Copom)** entra em ação para garantir que a inflação conflua para a meta estipulada, por meio da definição da taxa básica de juros, a Selic. O Copom é formado pelo presidente e pelos diretores do Banco Central. Após definida a Selic, o BC compra e vende títulos públicos para garantir que essa taxa seja alcançada.

Em suma, o CMN e o Copom são os dois órgãos mais importantes para as decisões de política monetária e têm como objetivo estabelecer as metas para a inflação e os juros, respectivamente.

## PORTAS GIRATÓRIAS



Dada a importância desses colegiados, cabe entender quem os compõe atualmente. O Copom é formado por 9 membros: o presidente do Banco Central e os 8 diretores do banco, responsáveis por diversas diretorias - por exemplo, a Diretoria de Política Econômica (Dipec) e a Diretoria de Fiscalização (Difis). Na sua história, o Ban-

co Central nunca teve uma mulher como presidente e desde 1965, dentre centenas de nomeações para a diretoria, **apenas cinco mulheres assumiram o cargo de diretora**. Atualmente (dados de outubro de 2021), os membros do Copom são em sua totalidade pessoas brancas, e há duas mulheres nas diretorias do Banco. O CMN, por sua vez, é formado inteiramente por homens brancos.

Outra questão relevante diz respeito às carreiras profissionais destas pessoas. Um fenômeno debatido pelo mundo quando o assunto é política monetária é o das “portas giratórias”: os diretores dos bancos centrais são muitas vezes profissionais oriundos do setor financeiro que voltam para ele após saírem de seu cargo público. Como a atuação do Banco Central interfere na rentabilidade das instituições financeiras, ao regular o mercado financeiro e definir a Selic, o Banco arbitria em favor das demandas do mercado devido a seus dirigentes nada imparciais. **Um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)** concluiu recentemente que presidentes de bancos centrais com experiência anterior no setor financeiro desregulamentaram significativamente mais do que presidentes sem essa carreira.

O caso brasileiro confirma a tese das portas giratórias. Analisando a presidência do Banco Central, que compõe tanto o CMN quanto o Copom, seis dos últimos sete presidentes estiveram no mercado financeiro anteriormente ou trabalharam nele após sair do Banco - metade participando de ambos os movimentos. Algumas destas instituições financeiras em que os presidentes trabalhavam estão entre os **maiores detentores dos títulos da dívida pública brasileira**, como é o caso do Santander e do Itaú, evidenciando ainda mais o conflito de interesses.

Por outro lado, na análise da composição das diretorias que integram o Copom, o fenômeno não é tão recorrente. Dos 8 atuais diretores do Banco Central, apenas 3 tiveram experiência anterior em instituições financeiras, pois a maioria se constitui em servidores de carreira do Banco Central.



SÃO ELAS: TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI, MARIA CELINA BERARDINELLI ARRAES, CAROLINA DE ASSIS BARROS, FERNANDA FEITOSA NECHIO E FERNANDA MAGALHÃES RUMENOS GUARDADO.

CLIQUE AQUI PARA LER MAIS



CLIQUE AQUI PARA LER MAIS



Mas como são decididos os integrantes do CMN e do Copom? As regras foram recentemente alteradas pela Lei Complementar (LC) N° 179/2021, que determinou que o presidente e os diretores do Banco Central são nomeados pelo presidente da República, após aprovação de seus nomes pelo Senado. O mandato do presidente do Banco Central tem duração de 4 anos, com início no dia 1° de janeiro do terceiro ano de mandato do presidente da República, enquanto os mandatos dos diretores têm duração de 4 anos, observando um calendário de indicações determinado na lei. A ideia dos mandatos fixos é restringir a interferência do Executivo sobre as decisões do

Banco Central: o presidente do Brasil só terá o presidente do Banco Central de sua escolha por metade de seu mandato.

Para tentar evitar as “portas giratórias”, a LC 179/2021 também determina que é vedado ao presidente e aos diretores do BC trabalhar no mercado financeiro após o exercício do mandato, por 6 meses. Essa prática é adotada em outros bancos centrais pelo mundo, mas existem exemplos de períodos de afastamento bem maiores - [o Banco Central Europeu, por exemplo, exige dois anos de quarentena para os membros do conselho diretor.](#)

CLIQUE AQUI  
PARA LER MAIS



## PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL E SUAS RELAÇÕES COM O MERCADO FINANCEIRO



**ROBERTO CAMPOS NETO**

**Mandato:** fev/2019 a dez/2024  
**Instituição financeira antes do mandato:** Santander



**ILLAN GOLDFAJN**

**Mandato:** jul/2016 a fev/2019  
**Instituições financeiras antes do mandato:** Itaú; Ciano investimentos; Gávea investimentos.  
**Instituição financeira depois do mandato:** Credit Suisse.



**ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI**

**Mandato:** jan/2011 a jul/2016  
**Servidor de carreira do banco central**



**HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES**

**Mandato:** jan/03 a jan/2011  
**Instituição financeira antes do mandato:** Bank Boston.  
**Instituições financeiras depois do mandato:** CKolberg, Kravis and Roberts; Lazard Americas; Lloyd's of London.



**ARMINIO FRAGA NETO**

**Mandato:** mar/1999 a jan/2003  
**Instituições financeiras antes do mandato:** Banco de Investimentos Garantia; Salomon Brothers; Soros Fund Management LLC.  
**Instituição financeira depois do mandato:** Gávea investimentos.



**GUSTAVO HENRIQUE DE BARROSO FRANCO**

**Mandato:** ago/1997 a mar/1999  
**Instituição financeira depois do mandato:** Rio Bravo Investimentos.



**GUSTAVO JORGE LABOISSIERE LOYOLA**

**Mandato:** jun/1995 a ago/1997  
**Instituição financeira antes do mandato:** Banco de Investimentos Planibanc S.A.  
**Instituição financeira depois do mandato:** Tendências Consultoria Integrada.

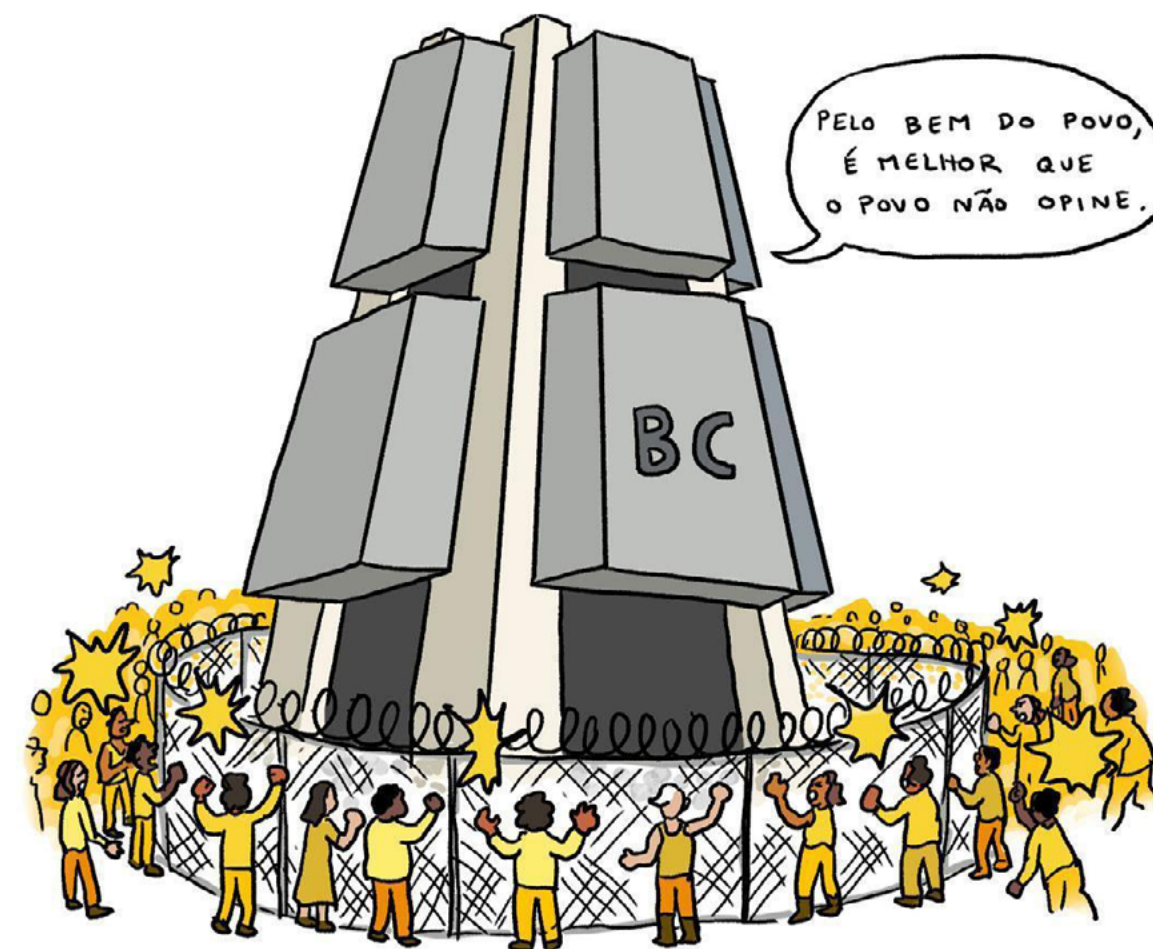
É importante sinalizar também que houve um processo histórico de limitação de acesso às decisões do Banco Central. O Conselho Monetário Nacional, que hoje conta apenas com o presidente do BC e dois representantes do executivo, já foi constituído por outros membros, como presidentes de bancos públicos, como da Caixa Econômica Federal, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; ministros, como o da Indústria e do Planejamento; além de conselhos nacionais, como o Conselho Nacional de Habitação; e até empresários e representantes das classes trabalhadoras.

Hoje em dia, a participação da sociedade é inexistente. Até mesmo o Congresso Nacional é circunscrito à aprovação dos diretores e do presidente do Banco Central e apenas em momentos de crise pede esclarecimentos para o Banco Central.

## Independência do Banco Central

Esse afastamento do Banco Central dos demais poderes e da sociedade como um todo não é de forma alguma considerado um problema pelos membros do BC ou pelos políticos em geral. A defesa de um Banco Central dito “independente” ou “autônomo” existe no Brasil e no mundo há décadas e em 2021 foi formalizada pelo Congresso Nacional por meio da LC 179/2021, que estabeleceu a independência operacional e mandatos fixos, como vimos anteriormente.

Os defensores da autonomia argumentam que ela é necessária devido aos possíveis usos políticos das ferramentas do Banco Central. A base teórica desta defesa, derivada da ortodoxia, aponta que políticas monetárias expansionistas não têm efeitos a longo-prazo, servindo, portanto, apenas para os presidentes aumentarem sua popularidade a curto-prazo. A independência das decisões do Banco garantiria credibilidade junto aos investidores internacionais e nacionais, o que levaria a um melhor controle da inflação e à queda da taxa de juros.



Se as decisões de política monetária nos afetam, elas são necessariamente políticas. Como vimos aqui, inflação, juros e crédito não são apenas variáveis técnicas, possuindo implicações no emprego, na garantia de direitos e no poder de consumo da população. Portanto, blindar o Banco Central de ter que responder aos anseios da população é uma decisão oposta à democracia.

Contrário à representatividade da sociedade nas decisões econômicas, os órgãos diretivos do Banco Central brasileiro são majoritaria-

mente formados por homens brancos ligados ao setor financeiro. O Banco Central procura ao máximo afastar suas decisões da sociedade, o que significa na realidade priorizar os interesses financeiros.

A população precisa ter mais voz nas decisões acerca da política monetária, e uma maior compreensão e democratização do Banco Central é o primeiro passo.

## \* O QUE VIMOS ATÉ AQUI

O Banco Central é o principal ator quando o assunto é política monetária no Brasil, pois, em cima das metas de inflação definidas pelo CMN, ele define e implementa a taxa básica de juros. Tanto o Copom quanto o CMN são majoritariamente e historicamente formados por homens brancos cisgêneros, não refletindo a sociedade brasileira, e os presidentes do BC tem fortes relações com o setor financeiro. A defesa de um Banco Central independente é argumentada por aqueles que querem blindar as decisões sobre inflação e juros da sociedade e foi oficialmente decretada em 2021, diminuindo ainda mais a influência do Executivo no BC. Entretanto, essas variáveis impactam na garantia de direitos, logo, elas deveriam ser entendidas e decididas por toda população.



### PERGUNTAS PARA DEBATE

- 1) Quem manda na política monetária no Brasil? E quem deveria mandar?
- 2) Quais os lados positivos e negativos de um Banco Central independente?

**Conclusão:** por uma política monetária orientada por direitos humanos



# Conclusão: Por uma política monetária orientada por direitos humanos

Vimos ao longo do documento que a política monetária tem impactos distributivos importantes, afeta as desigualdades sociais e os diferentes direitos humanos. Nessa seção final propomos uma política monetária orientada para a garantia de direitos humanos, e indicamos alguns caminhos para essa proposta.



O ponto de partida da (re)orientação da política monetária é rever a sua finalidade, que não pode estar restrita à estabilidade e ao controle da inflação. **Combater a inflação não é uma finalidade em si**, mas um meio para garantir bem-estar social e direitos humanos. Portanto, **os direitos humanos devem estar contemplados enquanto finalidade da política monetária, principalmente em momentos de crise.**

Para isso, a condução da política monetária orientada por direitos humanos deve obedecer à quatro orientações gerais:

## I. EVITAR AJUSTES MONETÁRIOS RECESSIVOS E AUMENTOS DE JUROS

Uma política monetária que desacelera a economia pode até reduzir a inflação, mas tem um alto custo social arcado especialmente pelas pessoas mais pobres. Como vimos, a inflação é um problema distributivo e combatê-la com desemprego fragiliza as pessoas trabalhadoras. Em momentos de desemprego e capacidade ociosa, o uso dos juros como instrumento para desacelerar a economia sequer faz sentido, uma vez que o diagnóstico de inflação de demanda não se sustenta.

Nesse contexto, a definição de metas de inflação muito ambiciosas, como tem feito o Banco Central brasileiro, podem exigir ajustes recessivos severos e um elevado custo social.

## II. PROMOVER UM SISTEMA DE CRÉDITO MAIS JUSTO COM ACESSO IGUALITÁRIO

O manejo da política monetária e os instrumentos regulatórios à disposição do Banco Central devem atentar não apenas para a estabilidade no sistema de crédito, mas para a vulnerabilidade financeira de grupos sociais e a redução das desigualdades no acesso ao crédito.

Além disso, é necessária uma política de crédito que vá além do Banco Central e ajude a promover linhas de financiamento voltadas para áreas sociais como habitação, educação e infraestrutura social.

Dentre os instrumentos para a promoção de uma política de crédito adequada estão: o direcionamento do crédito; as políticas de subsídios; o estabelecimento de teto para taxa de juros de financiamentos; a redução das margens de lucro e dos juros cobrados pelos bancos comerciais aos consumidores e empresas; anistia e refinanciamento de dívidas estudantis e de famílias pobres; e o fortalecimento de bancos comunitários e mecanismos alternativos de fomento. Para isso, os bancos públicos são uma peça fundamental.

## III. UTILIZAR MÚLTIPLOS INSTRUMENTOS PARA COMBATER UMA INFLAÇÃO DE MÚLTIPLAS CAUSAS, COORDENAR A POLÍTICA MONETÁRIA COM OUTRAS POLÍTICAS E MIRAR PRINCIPALMENTE NA PROTEÇÃO DOS PREÇOS QUE MAIS IMPACTAM OS MAIS VULNERÁVEIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GARANTIA DE DIREITOS

Vimos que a inflação pode ter diferentes causas e que a inflação de custos requer outros instrumentos que não a taxa de juros. Vimos também que no Brasil a inflação é majoritariamente de custos, pois nunca estamos em pleno emprego. Nesse sentido, o papel do Banco Central deve ser o de coordenar a política monetária com outras políticas de governo para o combate à inflação.

A inflação de alimentos, em particular, tem impactos sociais graves e deve ser alvo de políticas específicas, como a de estoques reguladores de alimentos que garantem o abastecimento interno e reduzem oscilações de preços. No caso brasileiro, os estoques da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) foram praticamente esgotados nos anos recentes. Organizar o sistema de distribuição, criar mecanismos de financiamento e incentivar a produção local de alimentos baseados na agricultura familiar pode reduzir a volatilidade nos preços.

Preços estratégicos como combustíveis, gás de cozinha e energia também devem ser alvo de políticas específicas e de uma gestão voltada para o interesse da população.

A redução da volatilidade da taxa de câmbio é outro fator que ameniza choques inflacionários, para isso a regulação financeira e o controle dos capitais especulativos são necessários.

Por fim, as políticas públicas de garantia de direitos devem ser protegidas da inflação. No processo de formulação e monitoramento de políticas públicas, a correção do orçamento das políticas sociais pela inflação é fundamental para manter os impactos almejados da política.

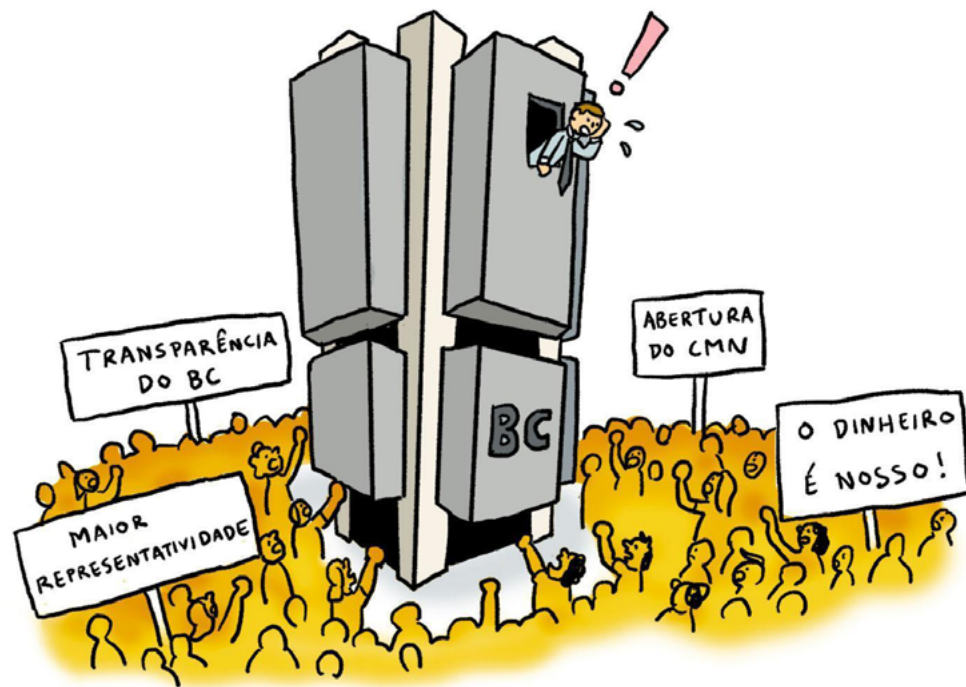
## IV. PROMOVER UMA POLÍTICA MONETÁRIA MAIS TRANSPARENTE E DEMOCRÁTICA.

O Banco Central deve prestar contas à sociedade e tornar mais democrático o seu processo decisório. Nesse ponto, é fundamental a abertura do Conselho Monetário Nacional para representantes da sociedade civil e uma maior representatividade de mulheres e pessoas não-brancas dentre os quadros de direção do Banco Central, além de uma maior diversificação quanto à origem profissional dos mesmos.

É dever da sociedade civil se apropriar do tema da política monetária e reivindicar mais transparência, democracia e uma política monetária orientada pelos direitos humanos!

## O QUE VOCÊ PODE FAZER?

A política monetária é um assunto muito difícil e talvez você tenha saído deste guia com mais perguntas do que respostas. Tá tudo bem! Toda a dificuldade foi criada para nos afastar das decisões políticas e deixar tudo nas mãos de quem se beneficia com o sistema. Então, vamos deixar algumas dicas de próximos passos!



## \* PARA INFLUENCIAR O DEBATE PÚBLICO

Distribua este material para amigos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Precisamos que todas as pessoas discutam sobre política monetária.

Questione a autonomia do Banco Central e cobre maior participação da sociedade no processo de definição da meta de inflação e de juros.

Cobre do governo federal soluções eficazes para o controle da inflação, que não se restrinjam a um aumento dos juros, sempre respeitando direitos humanos.

Nos processos orçamentários, lute para que as políticas sociais sejam corrigidas anualmente pela inflação, e que o salário mínimo cresça não só com a inflação, mas com o crescimento econômico do país.

## \* PARA ENTENDER MAIS

Ficou com alguma dúvida específica? Nos escreva! Estamos disponíveis nas redes sociais. Já aproveita e nos segue, pois publicamos outros conteúdos sobre política monetária.

Faça uma roda de conversa com amigos, ativistas, jovens, quem quiser – pensar junto sempre ajuda. **Se quiser, nos chame para ela!**



@pedrolrossi



@agazetinha